

EXTRA

CLASSE-ORG-BR

ANO 24 | Nº 240 | DEZEMBRO DE 2019

ENTREVISTA

Pós-verdade e *fake news* são temas do livro organizado pela jornalista Mariana Barbosa

EDUCAÇÃO

Crescimento do EaD no cenário mundial é visto como irreversível



Foto: Marco Bello Restori

As veias cada vez mais abertas da América Latina

Onda de protestos em países da América do Sul, por diferentes razões, mostra a insatisfação popular contra projetos neoliberais e esbarra no autoritarismo e na violência das forças policiais e militares

Reportagem do *Extra Classe* sobre a Mina Guaíba recebe Menção Honrosa

A reportagem *Mina Guaíba: quanto vale o pré-sal gaúcho*, publicada em junho de 2019, de Naira Hofmeister (com colaboração de Thayse Uchôa, Pedro Papini e fotos de Igor Sperotto) receberá Menção Honrosa do 36º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, na categoria Reportagem, no próximo dia 10 de dezembro. Trata-se do segundo prêmio de jornalismo recebido em 2019 e o 38º ao longo da trajetória do *Jornal Extra Classe*, que é publicado pelo Sinpro/RS desde 1996.

A reportagem mostra, de um lado, a empresa Copelmi reivindicando expertise na exploração carvoeira e garantindo que a maior mina de carvão a céu aberto do Brasil será segura, de outro, os ambientalistas apontam contradições nos estudos prévios ao licenciamento. No meio disso, a situação de incerteza de centenas de famílias que moram tanto no assentamento agroecológico Apolônio de Carvalho quanto no condomínio Guaíba City, que são alvo do projeto de "reassentamento involuntário" que a mineradora levará a cabo caso o projeto saia do papel. Isso sem contar os efeitos ambientais que o empreendimento pode impactar para os 4 milhões de habitantes da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, instituído em 1984, celebra em 2019 os 71 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e o 35 anos da premiação, que visa estimular o trabalho dos profissionais do jornalismo na denúncia das violações e na vigilância ao respeito dos direitos humanos. A premiação é concedida pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), a Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio Grande do Sul (OAB/RS), com o apoio da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul (Arfoc/RS) e da Arfoc/Brasil.



Estupro não é "descuido"

Prezados editores, ao cumprimentá-los cordialmente e elogiá-los pela importante publicação que é o *Jornal Extra Classe* sendo assídua leitora, expresso a minha satisfação ao ver a matéria de capa da edição 239, importante e oportuno debate sobre a diminuição das vagas de trabalho dentro dos presídios. Porém, gostaria de pontuar que me chamou muito a atenção no parágrafo terceiro onde há a reportagem com o apenado de nome fictício Antônio onde está escrito que o mesmo cumpre pena por estupro de uma adolescente que era sua vizinha e o mesmo diz "foi um descuido". "DESCUIDO? Como assim? Estupro não é um descuido. Creio ter sido um descuido na edição dessa fala, que poderia ter nos poupado disso. Acreditamos na ressocialização de apenados, mas estupro pode ser um descuido para o agressor, mas a vítima terá sua vida afetada para sempre por esse crime.

Sandra Maciel – Coordenadora Maria Mulher via e-mail

RESPOSTA – Prezada Sandra Maciel, agradecemos sua crítica à reportagem da edição 239, sobre a diminuição das vagas no trabalho prisional, e entendemos sua indignação com a fala do preso em questão. Ainda assim, gostaríamos de salientar que apenas mantivemos a declaração do apenado tal e qual foi colhida pelo repórter sem falsear o que ele disse (até como forma de tornar esse pensamento recorrente passível de indignação e questionamentos). O que a fonte diz está aí para ser debatido, justamente o que a senhora faz de forma muito pertinente e pontual. Não se trata de "descuido da edição". Lembramos que não é papel do jornalismo, nem dos editores e editoras emitir juízo de valor sobre o que as fontes expressam aos repórteres, mas abrir espaço para o debate de forma plural. Porém, o tema da reportagem era outro, e daí sua estranheza em não haver contraponto ao que o preso falou sobre uma questão, que embora secundária na matéria é amplamente debatida há anos no jornal e até de forma pioneira, que é a questão da violência contra a mulher e abuso contra crianças e adolescentes. Contudo, aceitamos a crítica e reiteramos que *Extra Classe* de forma alguma legítima ou endossa qualquer forma de expressão de cunho preconceituoso ou machista e já tem demonstrado em sua linha editorial a recorrente preocupação e atenção aos temas que envolvem os direitos humanos, o feminismo e a luta por igualdade das mulheres, assim como dos direitos de crianças e adolescentes.

Os editores e editora



REDAÇÃO: extraclass@soprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Cristina Ávila, Marcelo Frizon, Marcelo Menna Barreto e Naira Hofmeister

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Denise Benites 51. 4009.2981 e 51. 99774.1615 denise.benites@soprors.org.br

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição: 25 mil exemplares

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

extraclass.org.br

fb.com/jornalextraclass

Carabineros I

Declarações do senador governista Andrés Allamand a um canal mexicano no final de novembro confirmam as denúncias sobre atrocidades cometidas por carabineiros, a truculenta polícia chilena que teria até mercenários infiltrados, e por agentes das Forças Armadas contra civis durante as manifestações populares que convulsionam o Chile desde o início de outubro. "Sem violações dos direitos humanos, é impossível normalizar o país", disse Allamand ao Canal 13. No Chile, a violência contra a população civil se transformou em política do presidente Sebastián Piñera e os carabineiros miram nos olhos dos manifestantes: desde o início da revolta, já são mais de 200 pessoas cegas por balas de chumbo ou de borracha.

Carabineros II

O Instituto Nacional de Direitos Humanos registrou 400 casos de tortura e maus-tratos de civis, 79 denúncias de violência sexual, incluindo estupro de homens e mulheres, 26 mortes e mais de 2,3 mil feridos. Entre os mortos estão a artista de rua Daniela Carrasco, 36 anos, torturada e enforcada por carabineiros, e a fotojornalista Albertina Martínez Burgos, 38, que cobria as atrocidades da polícia nas ruas de Santiago. A Human Rights Watch condenou as graves violações dos direitos humanos em um encontro com Piñera. Para a Anistia Internacional, a truculência, incluindo os estupro, é utilizada para desencorajar os protestos. "A intenção das forças de segurança chilenas é clara: ferir para desencorajar o protesto, chegando ao extremo de usar tortura e violência sexual contra manifestantes", afirmou Erika Guevara Rosas, diretora das Américas da Anistia.



SANTIAGO

Armação contra brigadistas foi desfeita pelo MP

A investigação iniciada em agosto pela Polícia Federal para apurar os responsáveis pelo *Dia do Fogo* na Amazônia jogou por terra as alegações do presidente Jair Bolsonaro, que tenta responsabilizar organizações não governamentais pela destruição da floresta. No inquérito da PF não há Ongs entre os suspeitos e nem a Brigada de Incêndio de Alter do Chão ou a ONG Saúde e Alegria são investigadas ou consideradas suspeitas pelos agentes. As revelações foram feitas pelo site *Intercept* dois dias depois que a Polícia Civil de Santarém (PA) prendeu ilegalmente brigadistas e ambientalistas acusados de atear fogo na mata para obter vantagens vendendo fotografias para a ONG WWF. Fontes ouvidas pelo site descartam a participação desse tipo de entidade e seguem investigando fazendeiros locais como principais responsáveis pelos incêndios. O clima na região é de guerra e a tensão aumenta a cada provocação de Bolsonaro e seus filhos e ministros no *Twitter* acusando Ongs pelas queimadas. "É na Amazônia e nas periferias urbanas que o autoritarismo já se instalou", afirma a jornalista Eliane Brum em sua coluna no *El País*.

Nas delegacias de Altamira e Santarém, há dois inquéritos em andamento a cargo da PF. O de Altamira foi desdobrado em outra investigação e deu origem à operação Pacto de Fogo, realizada em Novo Progresso em outubro. "Os alvos dos mandados de busca foram empresários, produtores rurais e fazendeiros, que tiveram notebooks, HDs e celulares apreendidos. A PF aguarda o resultado da perícia nesse material, mas não há suspeitas que recaiam sobre Ongs", enfatiza a reportagem assinada pelos repórteres Rafael Moro Martins e Nayara Felizardo, que concluem: "a investigação federal vai no

caminho oposto ao da espalhafatosa e esquisita operação da Polícia Civil do Pará, que prendeu voluntários e colocou a Brigada e a ONG Saúde e Alegria como suspeitas de provocarem incêndios na região de Altamira".

Permanece um mistério o que levou a polícia paraense a prender ambientalistas, assim como levanta suspeitas sobre ataques contra agentes federais que investigam as queimadas. Um carro descaracterizado no qual policiais federais viajavam pela rodovia transamazônica foi alvejado por um tiro disparado de uma viatura da Polícia Militar local. Quanto ao *Dia do Fogo*, os suspeitos da PF "são óbvios": madeireiros e, principalmente, fazendeiros locais que trocaram mensagens num grupo de *WhatsApp*. Detalhe: um dos integrantes do grupo é o delegado Vicente Gomes, da Superintendência da Polícia Civil do Pará na região do Tapajós, onde fica Novo Progresso. No dia 28, os brigadistas voluntários foram libertados e o MP apontou fazendeiros e grileiros locais como responsáveis. Durante todo o dia 28 o presidente não tuitou mais sobre o tema.



Brigadistas foram libertados no dia 28 de novembro

Desinformação em massa na rede das ilusões perdidas



Fotos: Arquivo Pessoal

por Marcelo Menna Barreto

Mariana Barbosa é jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e especializada em Política Internacional pela London School of Economics. Com o objetivo de “ajudar a compreender o fenômeno da pós-verdade em suas dimensões política, tecnológica, filosófica, jurídica e jornalística”, Mariana reuniu um time de peso para lançar pela Editora Cobogó o *Pós-verdade e fake news – Reflexões sobre a guerra de narrativas*. O trabalho, composto de oito artigos e duas entrevistas sobre a temática, é um convite para uma reflexão mais detida e, também, uma tentativa de apontar caminhos para uma atuação mais consciente nas redes. Ela já trabalhou nas redações dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo. Atualmente colaboradora do site de economia e negócios *Brazil Journal*. Mariana acredita ser necessário, diante de um fenômeno como as atuais *fake news*, apostar no fortalecimento das instituições e cobrar responsabilidades. “Não podemos jogar fora o bebê junto com a água. Até porque esse mito da desintermediação caiu por terra”, pondera, ao destacar que “se as pessoas que começaram a acreditar que estariam livres do domínio da Rede Globo, hoje passaram a ser manipuladas por algoritmos”.

Extra Classe – Em 2015, Umberto Eco falou que as redes sociais deram o direito à fala para legiões de imbecis com poder para fazer mal à coletividade. Isso foi bem antes de Steve Bannon e da Cambridge Analytica serem revelados. O que você pensa que Eco diria hoje depois da série de fatos recentes que comprovam o uso político das mídias suportadas no ambiente web?

Mariana Barbosa – Acho que ele repetiria exatamente a mesma frase. Humberto Eco morreu em fevereiro de 2016, em plena campanha eleitoral americana, com ações de desinformação correndo soltas no Facebook. Embora só mais tarde a gente viesse a descobrir os interesses por trás das campanhas de desinformação, o ambiente tóxico já estava dado. O problema não é o ambiente web ou a tecnologia em si, mas o uso político das ferramentas. Hoje há uma grande discussão sobre o uso de *microtargeting* – aqueles anúncios dirigidos para perfis muito específicos – para campanhas políticas, por exemplo. O Twitter e o Google já se comprometeram a não fazer *microtargeting* para campanhas políticas e o Facebook está sendo pressionado a ir na mesma direção. Os gigantes de tecnologia precisam ser chamados à responsabilidade.

EC – O trabalho que você organizou faz chegar à conclusão de que, ao contrário que se imaginava, as redes acabaram não estimulando uma cultura democrática. Em sua opinião, quais foram os principais motivos do fracasso?

Mariana – Há uma espécie de ilusão perdida. Acabou aquele sonho de que a força da coletividade nas redes iria tornar o mundo melhor. Mas não creio que possamos falar em fracasso. Essa mesma rede que faz disseminar o discurso do ódio e campanhas de desinformação também empodera mulheres, negros e diversos grupos sociais. A tecnologia, não há dúvida, facilita a produção e difusão de mentiras e discursos de ódio em uma escala nunca antes sonhada. Mas são pessoas de carne e osso que fazem a diferença na disseminação de *fake news* (algumas ganhando pra isso, a grande maioria não).

EC – Entre a série de textos de Pós-verdade e *fake news*, algum ponto em comum chama a atenção?

Mariana – A grande questão – que é abordada de formas diferentes em alguns dos artigos – é: por que as pessoas compartilham esse conteúdo de origem no mínimo duvidosa? Será que as pessoas compartilham notícias falsas por ignorância ou ingenuidade, acreditando serem verdadeiras?

EC – Como o livro organizado por você aborda essas indagações?

Mariana – Os artigos da Tatiana Roque e do Joel Pinheiro da Fonseca tocam nesse ponto. Os dois, por caminhos diferentes, chegam à mesma conclusão de que as *fake news* se propagam rapidamente, pois o ser humano é movido pelas emoções. As pessoas se engajam em repassar mensagens não pela sua veracidade – elas nem se dão ao trabalho de investigar se é ou não verdade –, mas porque elas reforçam valores e convicções de seus grupos de afinidade. E essa repetição de mensagens em grupos de afinidade – seja o grupo da família, da escola ou do trabalho – leva a uma familiaridade e isso, por sua vez, leva à aceitação. As pessoas compartilham, pois querem se sentir aceitas e pertencer a determinado grupo. Por isso é tão difícil – diria impossível – acabar com as *fake news*. É um mal que veio para ficar e temos que aprender a lidar com ele. E nesse ambiente, todos têm a sua parcela de responsabilidade – governos, empresas e indivíduos. Um dos artigos trata da importância da educação midiática. As pessoas precisam aprender a navegar nas redes com mais consciência e responsabilidade.

EC – Voltando ao Umberto Eco. Ele, digamos, foi um pioneiro ao apontar a necessidade da imprensa criar equipes de especialistas para o filtro do que é real e o que não é real nas “informações” difundidas. O trabalho que você organizou fala das *fact checking*. Dá tempo de correr atrás do estrago já feito?

Mariana – No livro, o jornalista Gilberto Scofield, que é diretor da agência Lupa, uma das principais agências de checagem de dados

do país, fala de como esse trabalho se tornou fundamental e complementar ao trabalho jornalístico dos veículos de comunicação. O trabalho de discernir o que é fato e o que não é, sobretudo na fala de governantes e membros do poder público, é muito importante – embora jamais seja suficiente para resolver o problema. As mentiras, geralmente embaladas em um conteúdo de forte apelo emocional, se propagam muito mais rapidamente e intensamente do que os desmentidos. Mas há algumas iniciativas interessantes, como parcerias de agências de *fact checking* com o Google e que ajudam a ranquear melhor os desmentidos.

EC – Você pode nos citar um exemplo?

Mariana – Na época do assassinato da Marielle, quando surgiu aquela história de que ela seria namorada do Marcinho VP, o Google promoveu posts de agências de checagem para o topo das buscas. Se você pesquisar Marielle Marcinho VP, o post da agência Aos Fatos, dizendo se tratar de uma mentira, aparece no topo da lista. Esse é um ótimo exemplo de como as gigantes de tecnologia podem ajudar a promover um ambiente mais saudável nas redes.

EC – Mas, às vezes, não dá a sensação de que as agências de checagem de notícias, tamanho o volume de dados que são disseminados, estão na luta para se car gelo?

Mariana – Totalmente. As agências de checagem são muito importantes – até para uma questão de registro histórico – mas estão longe de dar conta da avalanche de desinformação que tomou conta do mundo.

EC – Em uma parte do livro é falado que a caixa de Pandora foi aberta e não é possível ser fechada. Como conviver com uma sentença tão assustadora?

Mariana – Com informação. Precisamos educar as pessoas, dos jovens aos idosos, a navegar com mais consciência e responsabilidade. As pessoas precisam saber que tudo o que fazem na web ajuda a construir perfis e que

esses perfis serão comercializados com diferentes interesses. As pessoas também precisam aprender conceitos básicos sobre como funciona um jornal e o que é notícia. E que as chamadas *fake news* são mentiras que se apropriam do formato jornalístico com a intenção de enganar. Os jornais podem cometer erros, mas não fazem *fake news*. Eles têm endereço e podem ser responsabilizados por seus erros – ao contrário dos autores de *fake news*. Esse tipo de informação, que parece óbvia para nós jornalistas, não é de conhecimento de toda a população. Mas a tarefa não é só do indivíduo. Governos e empresas precisam se engajar na tarefa de combate à desinformação. Mas a coisa complica quando você tem governos promovendo a desinformação...

EC – Na entrevista exclusiva para o seu livro, o cientista político Peter Warren Singer diz que acredita ser possível combater as *fake news*, mas de uma forma coletiva, envolvendo governos, empresas de tecnologia e a sociedade. Você tem percebido um esforço eficaz nesse sentido?

Mariana – Ainda é tímido, mas está começando. Como o Peter Warren Singer diz na entrevista, saímos da fase de negação. No início, o Facebook se recusava a admitir haver um problema. Dizia que não podia retirar conteúdos.

Pós-verdade e fake news: Reflexões sobre a guerra de narrativas.

Organização: Mariana Barbosa.

Artigos: Fernanda Bruno e Tatiana Roque, Francisco Brito Cruz, Eugênio Bucci, Dora Kaufman, Gilberto Scofield Jr. Alexandre Sayad, Ronaldo Porto Macedo Jr., Joel Pinheiro.

Entrevistados: Peter Warren Singer e Patrícia Campos Mello.

Número de páginas: 128

Preço: R\$ 39,00



ENTREVISTA

Hoje, por pressão de governos e de anunciantes, empresas como Facebook e Google/YouTube passaram a retirar conteúdos ligados a supremacistas brancos, ultranacionalismo e discursos de ódio. A Procter&Gamble, um dos maiores anunciantes do mundo, ameaçou parar de anunciar no YouTube caso esses conteúdos não fossem retirados do ar. As empresas de tecnologia estão sendo pressionadas por anunciantes e reguladores nos Estados Unidos e na Europa.

EC – Warren Singer, aliás, é especializado em guerras no século 21. A presença dele em seu trabalho aponta que, apesar do ambiente tecnológico sofisticado, tudo o que está acontecendo não passa das velhas táticas militares de informação e contrainformação?

Mariana – Exatamente. As redes viraram literalmente um campo de batalha.

EC – Como jornalista, acredita ou não que a imprensa, fortemente questionada no discurso daqueles que defendem o seu fim como única mediadora no fluxo das informações, tem uma parcela de culpa em tudo isso que fomentou o fenômeno fake news que vivemos hoje?

Mariana – Vivemos uma era de falta de credibilidade das instituições que sempre serviram de base para a democracia: mídia, ciência, Judiciário, classe política. Essa falta de credibilidade sem dúvida decorre de erros cometidos pelas próprias instituições – arrogância, erros e manipulações. Esse ambiente de falta de credibili-

dade das instituições, em que tudo é questionado, favorece a disseminação de fake news, e acaba por contribuir para minar ainda mais a credibilidade das instituições. Isso vale para a imprensa – quando um Trump ou Bolsonaro acusa a imprensa de produzir fake news – ou para a ciência, com o movimento antivacina, por exemplo.

EC – O que fazer?

Mariana – Acredito que precisamos mais do que nunca fortalecer as instituições, pois elas são fundamentais para a democracia e a vida em sociedade. Elas precisam ser responsabilizadas por seus erros. Mas não podemos jogar fora o bebê junto com a água. Até porque esse mito da desintermediação caiu por terra. As pessoas achavam que estariam livres do domínio da Rede Globo e passaram a ser manipuladas pelos algoritmos do Facebook, que é regido por interesses comerciais.

EC – Você falou no papel de fortalecer as instituições. Como está vendo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre as fake news que está sendo realizada no Congresso?

Mariana – A CPMI das fake news é muito importante. Ela está revelando aí os bastidores das eleições e que existem fábricas de produção de notícias e perfis falsos até dentro de gabinetes. Eu acho muito importante passar isso a limpo. Mas eu tenho uma grande questão com essas discussões no Legislativo, um certo temor de que achem que tem uma lei que vai resolver tudo. Essa lei que vai resolver tudo

não existe e a chance de ela ferir a liberdade de expressão é muito grande, porque se hoje você coíbe, assim, uma coisa do mal, amanhã qualquer coisa, o seu pensamento, pode ser também taxado por quem estiver no comando e vai definir se aquilo é falso ou verdadeiro.

EC – Pois é. Existe um limite tênue aí entre o combate às fake news e à liberdade de expressão. Complicado, não?

Mariana – A noção de falso e verdadeiro está sendo questionada e eu acho muito complicado quem estiver no poder definir isso. Isso não significa que a gente tem que deixar as desinformações e o discurso de ódio acontecer. As pessoas que espalham esse tipo de “informação” precisam ser punidas com as leis que já existem: calúnia e difamação, por exemplo. Enfim, já temos instrumentos para fazer isso, preservando o direito de expressão. Eu prefiro o lado da educação midiática. Acho que as pessoas têm de ser responsabilizadas. A gente tem que construir uma sociedade mais forte, mais responsável, até para não ser vítima desses tipos de desinformação.

EC – Um exemplo de como construir essa sociedade mais responsável nas redes?

Mariana – Tem coisas a serem feitas, medidas regulatórias. Eu entendo que as gigantes da tecnologia são uma mídia e elas têm que ser responsabilizadas como os jornais e as emissoras. Elas não podem dizer que são só uma plataforma. Elas têm, sim, os algoritmos que podem ser usados para o bem

As mentiras, geralmente embaladas em um conteúdo de forte apelo emocional, se propagam muito mais rapidamente e intensamente do que os desmentidos

Foto: Arquivo Pessoal



e para o mal e precisam usar os seus algoritmos para o bem. Tem de haver uma responsabilização, regras a serem feitas, mas onde nem as gigantes da tecnologia sendo censoras, nem os legisladores. Definir o que é ou não é fake news é algo muito subjetivo.

Se conforto é importante, imagina se adicionarmos ótima localização, preços reduzidos e exclusividade para você e sua família?

O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em hospedagem para os professores associados ao Sinpro/RS e seus familiares. Escolha o motivo para vir a Porto Alegre e fique com a gente.

Mais informações: sinprors.org.br/casadoprofessor | Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

A luta pela educação sempre foi uma luta política

Contra a decisão de privatizar e liberalizar tudo no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, inclusive as escolas públicas através das parcerias público-privadas com as Organizações Sociais (OS), os professores travam uma vigorosa e inédita resistência e luta política na defesa da escola e da educação pública. Os ataques e agressões à educação, aos professores e estudantes foram sistemáticos e orquestrados durante todo ano de 2019. Já que as mobilizações de rua não foram suficientes para sensibilizar os gestores públicos, o terreno da luta política transformou-se numa greve muito forte e com apoio de importantes segmentos da sociedade.

O que está em jogo nesta luta política, conforme demonstra Erika M. Martins, em recente tese defendida na Unicamp, é uma reorganização empresarial no espaço de incidência na política educativa e que deve ser entendida como parte de um projeto hegemônico que afirma seu interesse geral na acumulação. O fortalecimento e aprofundamento dos vínculos entre empresariado e educação tem alcançado um nível inédito na história latino-americana e brasileira: situação que impôs aos empresários o refinamento da matriz discursiva sobre a participação da 'sociedade civil' e 'direito à educação de qualidade'. Para as frações burguesas



Foto: Leonardo Savaris

latino-americanas esta seria uma tentativa de realinhar forças sociais em torno de estratégias de acumulação e projetos estatais, dinamizando a acumulação do capital em escala nacional ou internacional.

Leia a íntegra do texto exclusivo do professor e pesquisador Gabriel Grabowski em extraclasse.org.br.

ECONOMIA

Governo Bolsonaro reduz R\$ 2,5 bilhões do programa Bolsa Família

A proposta orçamentária enviada pelo governo à Câmara Federal ainda não contempla uma promessa de Bolsonaro em campanha eleitoral, o 13º para os beneficiários do programa. Concretamente, a proposta elaborada pela equipe econômica reduziu os valores destinados ao programa para R\$ 29,5 bilhões, diante dos R\$ 32 bilhões de 2019. A peça orçamentária, organizada pela pasta do ministro Paulo Guedes, ainda não contempla uma promessa de Bolsonaro em sua campanha eleitoral, o 13º para os beneficiários do Bolsa Família. Caso os deputados acatem a proposta encaminhada, a cobertura prevista para 2020 será a menor desde 2010, quando 12,8 milhões de famílias foram beneficiadas em média. Leia a matéria completa em extraclasse.org.br.

POLÍTICA

Crescimento do neonazismo e da extrema-direita no Brasil dispara alarme

"Hoje, vivemos o que considero um tsunami do movimento da direita", diz a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias que está preparando um livro abordando grupos neonazistas brasileiros. Ela, fruto de um movimento quase incidental, acabou sendo reconhecida como a maior especialista em movimentos neonazistas no Brasil e diz que as redes sociais criaram as condições favoráveis para a proliferação desses extremistas. "Não é caso de alarmismo. É de alarme", fala ao entender que com o ressurgimento da extrema-direita a sociedade brasileira está aberta aos discursos de ódio. Em grupos que variam de três a 25 pessoas, já são 334 células neonazistas em atividade no país. Leia a matéria completa em extraclasse.org.br.

Direitos, convênios e principais serviços do Sinpro/RS

Vai no App que têm!

Baixe o aplicativo do Sinpro/RS. É rápido, prático e cheio de vantagens.

GET IT ON Google Play
Download on the App Store



Foto: Igor Sperotto

EaD como tendência global e irreversível

por Marcelo Menna Barreto

Há um ano, a pesquisa Free Online Courses, Recruitment and the University Brand, do instituto internacional Icef, consultoria norte-americana responsável por eventos no campo da Educação, apontou a rapidez de crescimento do Ensino a Distância na maioria dos países ao redor do mundo. Concretamente, para especialistas, esse fenômeno é irreversível frente às novas tecnologias e demandas de trabalho em uma sociedade que acelera na busca de não ser engolida pelo ritmo frenético dos avanços cibernéticos e das crescentes rotinas on-line.

O trabalho do Icef apontou que alguns países apresentam ligeiramente uma ampliação e melhora em relação a outros e passaram a liderar o setor. São eles Austrália, Estados Unidos, Coreia do Sul e Índia. O Brasil ganha destaque pelo número de cursos de pós-graduação que são oferecidos para aqueles que buscam mais qualificação para a entrada no mercado de trabalho.

Já na Austrália, a educação a distância é a opção popular para os egressos do sistema escolar que querem voltar a estudar sem deixar suas carreiras. Nos últimos cinco anos, o mercado de educação on-line australiano cresceu quase 20% e está diretamente relacionado à crise econômica verificada entre os anos de 2008 e 2009.

Apesar de opção popular, o faturamento impressiona. Estima-se que o segmento chegou à casa dos US\$ 4,6 bilhões no final de 2018, tendo como líderes a Kaplan e a Open Universities Australia. Os líderes do mercado australiano são instituições conhecidas no Brasil, pois têm uma política de recrutamento de estudantes sul-americanos para intercâmbios no país que integra a Commonwealth, Comunidade das Nações, uma organização intergovernamental da Grã-Bretanha composta por 53 países membros independentes.

EUA exercem a liderança

Na liderança mundial incontestável em educação on-line, os Estados Unidos apresentam centenas de universidades a distância, com milhares de cursos oferecidos. Mas o país não é apenas líder na quantidade, também em modelos de aprendizado. Universidades de prestígio norte-americanas oferecem ao menos um curso *on-line*. Algumas, inclusive, criaram programas de mestrado e doutorado.

Voltando aos números, já em 2011, segundo a consultoria Sloan Consortium, cerca de 6 milhões

de alunos no país cursavam ao menos um programa virtual. Para estimar o nível de grandeza, isso significava um em cada três estudantes matriculados no nível superior na ocasião.

Dados atuais indicam que, no geral, as matrículas em cursos *on-line* nos Estados Unidos já estão se sobrepondo às da educação superior presencial. O fenômeno faz com que hoje 65% das instituições de ensino superior americanas afirmem que o investimento em EaD tornou-se uma parte crítica de suas estratégias.

Brasil no contexto mundial

Com dados de 2018, o último censo da Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed) aponta um momento de crescimento vertiginoso no setor, aliado a uma consolidação no mercado educacional e marcado por um pequeno aumento em relação à concentração no Sudeste. Segundo a Abed, existem EaDs com sedes em praticamente todas as unidades da federação, com exceção do Amapá, e, se houve uma pequena redução em comparação ao período anterior (de 351 para 259), o mesmo não aconteceu no número de matrículas.

Pelo contrário, o número de alunos contabilizados em todas as modalidades passou de 7.773.828 para 9.374.647. Só nos

cursos regulamentados totalmente a distância, o número de matrículas aumentou de 1.320.025 para 2.358.934, mais de 100%. Um dado interessante registrado no censo é que a avaliação do quesito qualidade em relação às categorias administrativas e aos valores cobrados também revelou que os cursos mais baratos não são necessariamente os que oferecem menos recursos, e vice-versa.

Para a Abed, ficou ainda evidente em seu censo que no Brasil o conceito de qualidade no EaD tem vínculos à titulação dos docentes. Existe, segundo o relatório, a valorização da presença de mestres nas instituições privadas e de doutores nas públicas.

Certificação dos MOOC deve ser novo "boom do mercado"

Para a doutora Wilsa Maria Ramos, professora do Instituto de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília (UNB), "vamos continuar com a existência dos dois sistemas (presencial e *on-line*), com a tendência de aumento do *on-line*".

Ela, que registra que na própria UNB já começa a surgir uma geração de professores formados pelo EaD, acredita que em cinco anos haverá muito mais professores acostumados com as novas tecnologias, o que ainda é uma espécie de lacuna no país.

Mas, sobre tendências, Wilsa vai mais longe. Tendo participa-

do em maio do *CEUR Workshop Proceedings*, evento sob a égide da Universidade alemã RWTH Aachen realizado este ano em Milão, a professora aposta que o novo boom do EaD será muito em breve a busca de certificação das grandes instituições para os seus cursos MOOC, do inglês *Massive Open Online Course* (Curso *On-line* Aberto e Massivo). Essa modalidade EaD é relativamente recente e visa oferecer para um grande número de pessoas uma oportunidade de ampliação de conhecimentos e competências em um processo de co-produção no ambiente virtual. No EaD, apesar de

Sul-coreanos preferem modalidade presencial

Somente nos anos recentes é que universidades sul-coreanas começaram a oferecer cursos *on-line*, em especial pelo alto valor que é dado para o aprendizado presencial, face a face, e a visão negativa que a sociedade do país asiático tem sobre a qualidade dos cursos a distância.

Apesar disso, a Coreia do Sul lidera hoje no ambiente de inovações nas metodologias de cursos a distância. Os motivos são as forças da indústria tecnológica e a velocidade da conexão via Internet do país.

Com facilidades de conexão e softwares de última geração, atualmente cerca de 17 instituições sul-coreanas estão investindo forte no EaD.

Para o Icef, a tendência mundial fará com que a Coreia do Sul

supere a resistência cultural ao EaD e não deixará que o país fique – já não está – de fora do caminho do desenvolvimento de programas *on-line* de educação.

Para encorajar mais estudantes sul-coreanos a se matricular, a utilização de *games* – uma das preferências nacionais daquela população – está sendo um apoio para a participação de atividades educacionais de forma virtual.

Concretamente, a Coreia do Sul já está usando seus recursos não apenas para ensinar sua população, mas também para atrair estudantes de outros países, oferecendo cursos em inglês e promovendo a habilidade de entregar o chamado *smart learning* (aprendizado inteligente, em tradução livre).

Polo asiático cresce

Movido especialmente pela preocupação econômica de que na Índia a maioria das pessoas não pode ficar dois ou mais anos fora do mercado de trabalho enquanto estudam, o país acabou se tornando um importante cenário para o aumento de oportunidades de graduação *on-line* não só em seu território, mas também para outros países da Ásia.

Com o desenvolvimento de universidades de nível mundial, como a Sikkim-Manipal University,

da cidade de Gangtok, capital da província de Sikkim, e faculdades que estão se tornando rapidamente destinos para estudantes do continente asiático, os programas de EaD indianos estão vivenciando um crescimento intenso.

Com programas que devem aportar por volta de US\$ 1 bilhão em receitas até 2020, nos últimos anos, instituições de ensino americanas também começaram a atuar no mercado de educação no país.

semelhante, a forma ministrada aos cursos de faculdades e universidades a distância, os MOOC em geral são de curta duração (horas ou semanas) e normalmente são oferecidos de forma gratuita até mesmo por grandes instituições, não exigindo pré-requisitos. Entre as mais influentes está Harvard, que iniciou um grande projeto de ensino a distância em 2012 ao lado da Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Em uma realidade em que cada vez mais o ambiente tecnológico mostra o quanto valioso é o tempo, onde os fatores distância e transporte, por exemplo, impac-

tam no dia a dia, Wilsa entende que a grande tendência do EaD será a busca de certificações para esses cursos que, em suas palavras, eram "considerados uma pílula para aprimorar determinada competência".

Para a professora da UNB, em um mundo em constante transformação, onde posições de teletrabalho começam a surgir como alternativa para a racionalização de custos e tempo, cada vez mais os processos educacionais também são impactados e o aluno, diante do mercado competitivo, vai necessitar de certificações antes mesmo da conclusão de um curso

superior de dois ou quatro anos. "As universidades vão em busca dessas certificações para os seus MOOC, que poderão, quem sabe, ser somados como créditos para a sua formação", pontua.

DESAFIOS – Segundo Elena Maria Mallmann, doutora em Educação e professora adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em artigo escrito em conjunto com a doutora em Didatologia das Línguas e Culturas e pesquisadora da Universidade Aberta de Portugal, Ana

Maria Ferreira Nobre, a inovação pedagógica mediada por tecnologias em redes no mundo digital é um desafio contemporâneo no ensino superior. Na concepção das acadêmicas, os MOOC e os Recursos Educacionais Abertos (REA) na formação universitária não podem apenas ficar na disponibilização de conteúdos educativos *on-line* e na busca massiva de matrículas.

Para elas, mesmo com "um vasto leque de ferramentas em plataformas tecnológicas sofisticadas",

os REA e os MOOC sem uma reflexão didática maior "não serão um caminho aberto para o ensino superior digital, mas mais um mecanismo para colecionar certificados e aligeiramento da formação do aprender a fazer por competências".

Com um certo alinhamento com Elena e Ana, as professoras Carla Netto, Lucia Giraffa e Elaine Faria em seu livro *Graduações a Distância e o Desafio da Qualidade* (EdiPUCRS) apontam que o EaD "traz necessariamente um novo concei-

to de professor", que – além das competências de conteúdo – precisa ter competência de metodologias em EaD, entre outras.

Curiosamente, em um país onde o governo atual questiona o legado de Paulo Freire, o livro da EdiPUCRS acaba registrando que, no ensino *on-line*, cabe ao professor "a função de mediação da construção do conhecimento", não havendo mais espaço para o perfil "transmissor de conteúdos", com o aluno sendo o centro do processo.

Altruismo, marketing e modelo de negócio

Com investimentos que ultrapassaram os US\$ 110 milhões entre 2002 e 2010, grande parte do trabalho inicial sobre as bases que se sustentam hoje o atual EaD foi financiada por universidades e instituições como a Fundação William e Flora Hewlett e organismos de financiamento do Reino Unido.

De acordo com Wilsa Maria Ramos, a Universidade de Harvard foi a primeira a usar o termo *Open Educational Resources*, quando decidiu que todo o seu conteúdo deveria estar "aberto para a humanidade".

Em parte do meio acadêmico, no entanto, dúvidas foram lançadas sobre o quão eram realmente altruístas os motivos. O projeto acabou sendo acusado de imperialista, uma vez que refletia basicamente as realidades de países altamente desenvolvidos, com interesses muito claros na criação e

disseminação de conhecimento.

Em extenso artigo para a espanhola *Revista de Educación a Distancia*, o professor António Teixeira, do Departamento de Educação e Ensino a Distância da Universidade de Lisboa, acaba revelando que, dos momentos iniciais do movimento, caracterizados pelo fascínio da disseminação livre de materiais de estudo produzidos por instituições de prestígio, "de simples mas poderosos instrumentos de marketing institucional", os REA passaram a ser "entendidos como elementos mais centrais da cadeia de valor". Entre suas credenciais acadêmicas, ele, além de professor visitante na Universidade Nacional Aberta da Coreia, já ministrou cursos na Universidade de Oxford, na Universidade de Roma 3, na Universidade Nacional de Educação a Distância e na Universidade Estadual do Ceará.

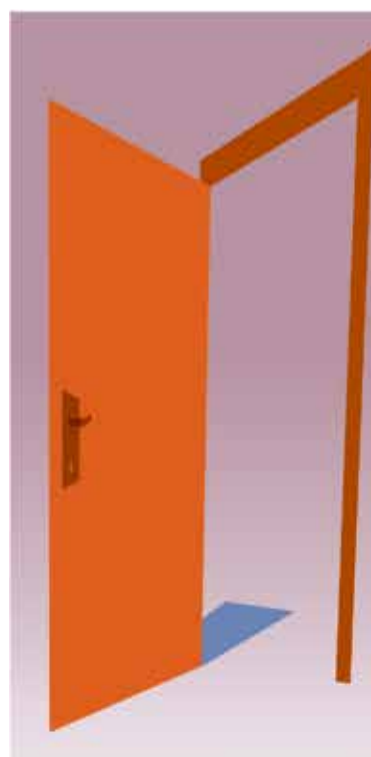
De forma clara e objetiva, Teixeira disse: "A utilização de REA poderia constituir uma forma de proporcionar uma aprendizagem massificada, de modo mais econômico e rápido", pontuou ao indicar ainda que a descoberta de que os REA poderiam gerar receitas não apenas pelo eventual número de futuros estudantes que uma instituição poderia aspirar recrutar em função da exposição do conteúdo produzido, mas também por um conjunto de serviços complementares que se poderia oferecer.

O artigo, datado de setembro de 2012, profetizou a possibilidade das universidades conjugarem simultaneamente estratégias de competição e colaboração entre si, o que já se tem verificado através de *joint-ventures* e franquias. São as escolas de nível superior reproduzindo uma realidade consolida-

da no setor industrial, onde as empresas partilham recursos e fornecedores independentes ao mesmo tempo em que competem entre si.

Resta agora saber se, com a adoção generalizada de práticas educacionais abertas, a profecia de Teixeira se completa com a desregulação da prática do magistério e a diminuição dos corpos docentes e acadêmicos próprios, com a crescente subcontratação externa de serviços nesses domínios funcionais. Não é a toa que Teixeira terminou seu artigo com essa pergunta: "Como poderão as universidades, independentemente do seu modelo de organização atual, adaptar-se a este desafio da abertura à rede e em rede?".


Uma preocupação também para as entidades representativas dos professores mundo afora, advinda do mais novo "modelo de negócio" educacional.



Acolhimento, sigilo e atitude.

Assim a gente lida com a violência contra os professores.

O NAP é uma equipe multidisciplinar formada por diretores do Sinpro/RS, advogados e psicólogo, com o objetivo de amparar os professores vítimas de constrangimento e violência no ambiente educacional. Se você está passando por isso, não prolongue seu sofrimento pensando que esta situação só acontece com você. As circunstâncias de violência são mais frequentes do que você imagina. Procure imediatamente o Sinpro/RS e acione o NAP.





MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Contra protestos, Bolsonaro quer “licença para matar”

“O cenário dos anos de chumbo, que marcou a região nas décadas de 1960 e 1970, ressurgiu com violência renovada e ameaça se instalar também no Brasil”.



Ecuador, Chile, Colômbia, Haiti, Bolívia... Nos últimos meses, esses países têm sido palco de massivos protestos populares, em função das políticas neoliberais aplicadas por seus governos (nos quatro primeiros) e do golpe de Estado contra o governo de Evo Morales, no caso da Bolívia. Nos quatro países, as manifestações foram alvo de uma pesada repressão policial, militar e mesmo paramilitar com um saldo trágico de mortos e feridos, especialmente na Bolívia. O cenário dos anos de chumbo, que marcou a região nas décadas de 1960 e 1970, ressurgiu com violência renovada e ameaça se instalar também no Brasil, onde o presidente da República já anunciou que pretende dar “carta branca” para a polícia e as Forças Armadas reprimirem manifestações semelhantes.

Na Bolívia, segundo levantamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), até o dia 16 de novembro, o saldo era de pelo menos 23 mortos e 715 pessoas feridas desde o início dos protestos. O chamado “governo provisório” editou o Decreto 4078 autorizando a “participação militar na restauração da ordem pública” e isentando as forças militares da responsabilidade criminal. Esse de-

creto, denunciou a CIDH, “ignora os padrões internacionais de direitos humanos e, por seu estilo, estimula a repressão violenta”. Nas últimas semanas, as cenas da repressão policial e militar contra as comunidades indígenas bolivianas se espalharam pelas redes sociais.

No Chile, segundo dados divulgados pelo governo, 23 pessoas morreram desde o início dos protestos, na metade de outubro. As forças de segurança chilenas cometeram sérias violações de direitos humanos, inclusive assassinatos, ao empregar força para controlar os protestos de rua no país, afirmou a organização Human Rights Watch em um relatório publicado dia 26 de novembro. Segundo o Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), até o dia 21 de novembro, considerando somente as pessoas que entraram com denúncia criminal, o saldo era de 442 vítimas de agressões, tratamento cruel, torturas, estupros, assassinatos e tentativas de assassinatos cometidos pelas forças de segurança.

Na Colômbia, até o dia 26 de novembro, o saldo era de pelo menos quatro pessoas mortas. Um desses casos teve repercussão e visibilidade mundial. O estudante Dilan Cruz, de 18 anos, morreu após

passar dois dias internado com um ferimento na cabeça, causado por um projétil de gás lacrimogêneo disparado por um integrante da polícia de choque colombiana. Um vídeo, que circulou amplamente nas redes sociais, registrou o momento exato em que o estudante foi atingido pelas costas pelo disparo do policial. No Equador, o número de mortos foi de pelo menos cinco pessoas, com 554 feridos e 929 presos, segundo levantamento da Defensoria Pública nacional.

Os protestos no Haiti tiveram menos visibilidade midiática, mas um número alto de vítimas. No Haiti, a população saiu às ruas contra a falta de combustíveis e de recursos, exigindo a renúncia de Jovenel Moïse. A resposta do governo foi, mais uma vez, repressão policial. Segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU), 42 pessoas foram mortas durante os protestos. Já as organizações de direitos humanos do país contabilizam mais de 77 mortes nos protestos ao longo deste ano.

“Licença para matar” – Diante desse cenário de crescente tensão, o presidente Jair Bolsonaro classificou os manifestantes chilenos como “terroristas” e prometeu dar carta branca para as forças de

segurança reprimirem protestos desta dimensão, caso eles ocorram também no Brasil. Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei com regras para regulamentar o chamado excludente de ilicitude. O objetivo é isentar militares das Forças Armadas e integrantes de forças de segurança, como policiais civis e militares, que atuam em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de eventuais punições. Na mesma linha, Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, e Paulo Guedes, ministro da Economia, afirmaram que a resposta do governo a possíveis protestos pode ser um “novo AI-5”.

O Ministério Público Federal (MPF) criticou o projeto de lei afirmando que o mesmo é inconstitucional e não se compara nem a atos institucionais da ditadura militar. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Comissão Pastoral da Terra também se manifestaram repudiando o uso das Forças Armadas para reintegração de posse no campo. Na avaliação do MST e da CPT, a chamada GLO corresponde a uma ação para tentar criminalizar movimentos populares. Para a CPT, o governo Bolsonaro segue uma escalada autoritária que, no fundo, representa “uma licença para matar”.



Mais um ataque aos professores. Acompanhada do ministro da Educação, Abraham Weintraub, Damares anunciou no dia 19 de novembro, em Belo Horizonte, a criação de um canal de denúncias contra professores

Foto: Gabriel Labur/MEC

camente derrotados no Legislativo e o STF considerou o movimento inconstitucional. Depois do arquivamento de um projeto que tramitava na Câmara dos Deputados, Nagib anunciou o encerramento das atividades do movimento a partir de agosto deste ano, mas a deputada Bia Kicis (PSL-DF) promete instalar uma comissão especial para recolocar em pauta o seu Projeto de lei 246/2019. Na justificativa do PL, ela afirma que “não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente”.

ARGUMENTO FALSO – Ao anunciar a incorporação das ideias do ESP nas políticas públicas do governo para a educação, a ministra alegou que a proposta do canal a ser criado é a defesa da lei. “O canal está sendo formatado entre os ministérios da Educação e dos Direitos Humanos. Vai ser anunciado em breve”. Nos seus argumentos, no entanto, Damares distorceu completamente o conteúdo de um tratado internacional do qual o Brasil é signatário e se utilizou de um argumento falso (se confrontado com o texto original), para manipular a audiência. “O que queremos é somente o cumprimento da lei. O Brasil é signatário do Pacto de São José da Costa Rica. Lá está dizendo que a escola não pode ensinar nada que atente contra a moral, a religião e a ética da família”, justificou. Adotada e aberta a assinaturas dos países na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, a convenção mencionada pela ministra foi ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992. Seu conteúdo não faz qualquer referência ao papel da escola ou da educação como dever do Estado, já que o Pacto trata das liberdades e direitos individuais. A ministra omitiu justamente os trechos do tratado que tratam da “liberdade de expressão, reunião e manifestação com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza”.

A íntegra do documento pode ser acessada em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/biblioteca-virtual/instrumentos/sanjose.htm>

Ministros incorporam ideias do Escola sem Partido

por Gilson Camargo

Censura e perseguição a professores podem virar política para a educação no governo Bolsonaro com medida anunciada por ministérios

A ministra Damares Alves, titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro (PSL) quer a ajuda de pais e alunos na sua cruzada contra professores que ela imagina empenhados em atacar a moral, a religião e a ética familiar em sala de aula. Em mais um ataque aos professores, acompanhada do ministro da Educação, Abraham Weintraub, Damares anunciou no dia 19 de novembro – durante uma audiência pública na Assembleia

Legislativa de Belo Horizonte, sobre suicídio e automutilação entre jovens – a criação de um canal de comunicação entre a comunidade escolar e o governo para a formalização de denúncias contra professores “subversivos”. Para a ministra, temas como sexo devem ser tratados “como era há muitos anos atrás quando eu era criança”.

A nova estratégia de perseguição aos docentes, caso venha a se concretizar, promove a continuidade das ideias do movimento político Escola sem Partido (ESP).

Criado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, a pretexto de combater “o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária”, o ESP atenta contra a liberdade de aprender e ensinar ao defender de maneira explícita o cerceamento da liberdade de cátedra e promover a perseguição a professores.

Projetos de lei apresentados em âmbito nacional, estaduais e municipais com amplo apoio de partidos políticos de direita e do Movimento Brasil Livre (MBL) foram sistemati-

Governo valoriza a estupidez, diz CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) divulgou no dia 22 uma moção de repúdio às manifestações da ministra e qualificou a iniciativa como “mais uma atrocidade que, de forma recorrente, os gestores públicos do governo Bolsonaro cometem contra a educação e os/as educadores/as brasileiros/as. Um governo que valoriza a estupidez e a violência não poderia mesmo escolher outro alvo de seus ataques que não a educação”.

A entidade alerta que a escola deve ser um ambiente de liberdade por parte dos educadores e educandos, onde devem ser assegurados respeito, admiração, reciprocidade e trocas permanentes entre o professor e estudante em sala de aula. “Assim é no mundo inteiro e, até aqui, esse é o melhor modo pelo qual a autoridade do/a docente se constrói junto às crianças e jovens. Mas o governo que se esmera em dar dignidade aos ignorantes e cargos aos indigentes não pode se prestar a valorizar a educação. Os ataques aos profissionais da Educação, aos estudantes, às universidades, às escolas, ao livre pensamento e exercício profissional do magistério, que vêm de todos os lados deste governo, só constroem desconfiança e minam qualquer relação positiva que se pode potencialmente ter na relação estabelecida dentro de um ambiente escolar”, critica.

O clima de animosidade que se instalou contra o exercício livre do magistério e da docência em oposição às políticas defendidas por movimentos como o da Escola sem Partido, não favorece a educação e tampouco o processo de ensino-aprendizagem, diz a nota. “Cria e constrói uma relação de suspeição permanente entre estudantes e pais com os seus professores/as. Estratégias como essas interditam o diálogo saudável que deve existir no ambiente escolar”.

CENSURA – A Constituição Federal (Art. 207) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Art. 14) estabeleceram os princípios da educação nacional. Entre eles está a “gestão democrática do ensino público”. Isso significa que a gestão

das escolas públicas, bem como as relações cotidianas entre os diversos membros da comunidade escolar, deve se pautar pelos princípios da democracia, alerta a Frente Nacional Escola sem Mordaga.

“A gestão democrática da escola é condição fundamental à formação de estudantes capazes de exercer a cidadania por meio de participação ativa no processo educativo. Portanto, a relação entre os membros da comunidade escolar não é de antagonismos, mas de construção de convergências, a partir do respeito às diferenças, em prol de uma educação de qualidade, inclusiva, democrática e que contribua para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência”, alerta o Movimento, que elaborou diretrizes e orientações aos pais, alunos e corpo técnico para o enfrentamento das situações de agressão e censura. “É fundamental que as escolas invistam no fortalecimento dos Conselhos Escolares. Assim, famílias, estudantes e profissionais da educação poderão debater o cotidiano escolar e tomar decisões coletivas a seu respeito”, aponta.

“Nossa luta é constante na defesa da escola laica e da escola como espaço da ciência. No início do ano já explico o que é escola laica e separo o espaço da religião, da casa e da família com o da ciência na escola. Todo ano sinto que está mais difícil”, explica a professora Sabrina Luz, do Colégio Municipal Professora Elza Ibrahim, no bairro Ajuda de Baixo, em Macaé (RJ). Sabrina foi denunciada em maio passado na Ouvidoria da prefeitura por exibir em sala de aula o filme *Besouro* em uma abordagem sobre cultura afro-brasileira com alunos do 6º ano. A obra conta a vida de Besouro Mangangá, interpretado por Ailton Carmo, um capoeirista brasileiro da década de 1920, e retrata um levante no recôncavo baiano liderado pelo capoeirista. “O filme é alvo da intolerância religiosa, pois mostra os orixás ao abordar as religiões afro-brasileiras”. A professora revelou a denúncia em um vídeo pelas redes sociais, com mais de 50 mil visualizações, o que mo-

tivou a mobilização de educadores para defender o cumprimento da Lei 10639/2003, que regulamenta o ensino da história e da cultura afro e indígena.

Para a presidente da Associação Mães e Pais pela Democracia, Aline Kerber, as declarações da ministra demonstram que o governo não compreende que está impondo uma moral e uma ética que vão de encontro à pluralidade de ideias e de diversidade de concepções pedagógicas. “Se o professor precisa falar de um tema somente a partir do que está escrito em uma cartilha significa que ele está restrito, limitado e não tem liberdade de ensinar, um atentado contra o artigo 206 da Constituição Federal”, aponta. Socióloga, especialista em segurança cidadã, Aline alerta que essa desconfiança entre alunos e professores fomentada pelo governo só pode resultar em dificuldades de ensino-aprendizagem, adoecimentos de professores, impossibilitando gestões democráticas nas escolas. “Professor nenhum se sustenta em sala de aula com autoritarismo, por isso que também fica difícil entender o papel que querem dar aos militares nas escolas gaúchas hoje. Querem criar uma hierarquia de forças na escola e esvaziar o trabalho da educação e do professor, impondo o emparedamento do gesto e da palavra”, denuncia. Aline lembra que está tramitando na CCJ da Câmara de Porto Alegre um projeto de lei que visa a restringir o ensino de gênero e sexualidade nas escolas municipais e o PL 20/19 do Executivo que interfere nas gestões das escolas municipais da capital. “Eles tentam de todas as formas implementar algum projeto de restrição de liberdades, mas a cada nova censura surge uma nova potência e força de resistência”.

A professora e militante do Movimento Escola sem Mordaga no RS, Russel Dutra da Rosa, considera que a iniciativa anunciada pela ministra “é uma expressão de um estado de exceção que o atual governo vem implantando no país, especialmente em relação à educação. Ela alerta que a proposta de “delatar” professores é uma

das ideias do movimento Escola sem Partido, cujos projetos de lei, cerca de 25 nos municípios, foram rejeitados por sua inconstitucionalidade. “Mesmo onde os projetos foram aprovados, as leis foram suspensas pelo Judiciário como inconstitucionais. Ainda assim, a ministra, que deveria estar coordenando ações contra a violação dos direitos humanos e violência contra as mulheres, ameaça os professores com a criação desse canal de denúncias, uma medida típica de estado de exceção, que ignora a Constituição”.

CÂMERAS – Desde 2013, o Sinpro/RS atua contra a utilização de câmeras de vigilância de professores e estudantes em sala de aula. “Uma atuação que vai desde a tentativa de convencer com argumentos pedagógicos as direções de escolas do quanto as câmeras simbolizam a ineficiência da tarefa de educar sujeitos cidadãos, até o ajuizamento de ações para que estes recursos não sejam usados”, explica a professora Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Segundo ela, essa situação acontecia pontualmente em algumas escolas privadas que não reconheceram os dispositivos constitucionais de liberdade de ensinar e aprender, tampouco os Pareceres dos Conselhos de Educação Estadual do RS e Municipal de Porto Alegre. “O que antes era iniciativa tímida da escola privada, hoje se transforma numa política de governo, anunciada pela ministra Damares, para todas as escolas do país”, lamenta.



A professora Russel Dutra da Rosa, do Movimento escola sem Mordaga, considera a iniciativa uma expressão de um estado de exceção



Na Bolívia, a forte reação popular contra a queda de Evo Morales resultou em confronto com as forças que apoiaram o golpe

As veias cada vez mais abertas da América Latina

por Cristina Ávila

Em outubro e novembro, confrontos sangrentos aconteceram no Chile, Bolívia e Colômbia. Barbárie que surpreende após a “Onda Rosa”, expressão usada por Rodrigo Stumpf González, professor da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e teóricos das guinadas eleitorais que geraram perspectivas de governos mais democráticos. “Chaves na Venezuela, no final dos anos 1990, Lula no Brasil em 2002, Nestor Kirchner em 2003 na Argentina, Tabaré Vasquez em 2005 no Uruguai, Rafael Correa no Equador em 2007, entre outros”, nomeia. Mas, na opinião do professor, as políticas econômicas desses governos pouco se distanciaram do neoliberalismo, e “as eleições provavelmente se deveram muito mais a fatores internos de cada país do que preocupações das populações em seguir alguma tendência” de esquerda ou direita.

Em resumo, depois de décadas de ditaduras militares, que sequestraram, torturaram e mataram milhares de pessoas, os países da América Latina transitaram por democracias, que nos anos recentes desmoronam em convulsões sociais, dezenas de mortes por violência policial, falsos moralismos, classe média raivosa e incapacidade de construção de uma cultura política de sociedade

moderna. "Houve um erro em avaliar a eleição de um conjunto de governos na América Latina, que se apresentavam como de esquerda, na década passada, como uma tendência continental", avalia Stumpf.

"Até 18 de outubro, o Chile era considerado um dos países mais estáveis da América Latina. Instalou-se um estado de exceção em todas as regiões do país", surpreende-se a vice-presidenta da Central

Única dos Trabalhadores (CUT) do Chile, Julia Requena Castillo. Protestos estudantis iniciaram por causa do reajuste no transporte e, em uma semana, mais de 1 milhão de pessoas foi para a praça no centro de Santiago. Em cerca de um mês, 23 manifestantes morreram, cinco nas mãos de agentes do Estado, outros dois dentro de uma delegacia. Os feridos chegaram a 2.808.

Uma imagem parece repre-

sentar a mira certa das novas estratégias geopolíticas para o continente. Pelo menos 230 jovens chilenos tiveram os olhos vazados por tiros de balas de borracha e chumbo, e se transformaram numa espécie de símbolo dos massacres por pelotões de forças de Estado. Cerca de 400 pessoas foram feridas pelo disparo das balas e 93 foram vítimas de violência sexual, entre elas 40 mulheres.

Piñera quer legitimar a violência

Os chilenos querem uma Assembleia Constituinte para democratizar o país. Mas recebem como resposta do presidente Sebastián Piñera o anúncio de que pretende enviar ao Congresso um projeto para controle militar do país, "sem necessidade de decretar estados de emergência constitucional ou restringir as liberdades dos cidadãos", alegou. O objetivo é usar as Forças Armadas para controlar a infraestrutura de Estado, o que in-

clui serviços públicos e vigilância nas ruas e praças. A Constituição do Chile expressa que o Exército se dedique à defesa nacional, e não exerça funções na ordem pública.

A vice-presidenta da CUT do Chile enfatiza que não há menção a soluções para problemas sociais, como, por exemplo, as mudanças reivindicadas no sistema de pensões. Na década de 1980, o ditador chileno Augusto Pinochet substituiu o sistema público de previdência social por

um modelo de capitalização privado, uma espécie de poupança individual. As primeiras levas de novos aposentados começam a sentir o que significa na prática esta mudança. Em março deste ano, cerca da metade dos 708 mil novos aposentados receberam de pensão o equivalente a R\$ 845, cerca de 20% do que contribuíram. Em 2018 foi pior. A metade dos aposentados ficou com aposentadorias equivalentes a R\$ 270.

"Não é por acaso o que ocorre

no Chile e na América Latina", afirma a sindicalista Julia Requena. "Governos de direita seguem apostando no modelo neoliberal como receita de êxito econômico. Já temos visto que os modelos economicistas abandonam os aspectos sociais e se caracterizam pela perversidade, aumento da pobreza, perda de valores éticos, golpes de Estado, como sucede na Bolívia. O paraíso do Chile está em colapso, mas o Chile está desperto", afirma.

Esgotamento do neoliberalismo

Rodrigo Stumpf concorda que na maior parte dos países latino-americanos o ponto em comum dos protestos foi o esgotamento de reformas neoliberais, que levou a distintos graus de aprofundamento da pobreza e crises econômicas, mas não vê nessas nações nenhuma tendência de padrões eleitorais como supunham alguns teóricos. Ele cita o próprio Chi-

le, com a vitória da Coalizão de Partidos pela Democracia, aglomerado de legendas democratas (Concertación), que venceu eleições em disputas com aliados de Pinochet, se mantendo no poder entre 1990 e 2010, mas perdeu a presidência para Sebastián Piñera, que permaneceu no poder até 2014, e retornou em 2018.

Durante a Onda Rosa, cientis-

tas políticos vislumbraram "um certo triunfalismo" das democracias, arrisca Stumpf, mas as estruturas de poder nunca foram abaladas. Segundo ele, as políticas econômicas desses governos democráticos pouco se distanciaram do neoliberalismo, embora com algumas exceções de medidas heterodoxas como o rompimento do pagamento da dívida

externa e avanços consideráveis na distribuição de renda e renovação significativa de temas como aborto, direitos de grupos étnicos, reconhecimento dos direitos das mulheres, legalização de uso de drogas leves. O professor observa que os processos eleitorais superaram os limitados embates do capital e trabalho que marcou a maior parte do século 20.

Redução da pobreza manteve topo da pirâmide mais rico

"A redução da pobreza não gerou redução dos ganhos dos setores mais ricos, em especial o capital financeiro", exclama o cientista político. Em termos de rupturas, ele ressalta que Evo Morales é muito mais representativo do que Luiz Inácio Lula da Silva, que atuou de forma conciliadora, com a sua Carta aos Brasileiros e a escolha de José Alencar como vice. Embora ambos tenham trajetórias importantes, o presidente boliviano defende, por exemplo, populações em seu direito ao plantio tradicional de coca, muito mais radical do que a defesa de melhores condições de trabalho para metalúrgicos, que são elite do movimento operário. "A classe média dos dois países tem raiva dos líderes populares que eles representam", acrescenta.

Rodrigo Stumpf comenta que os governos de esquerda inclusive aplicaram algumas das medidas duras consideradas próprias de governos de direita, como a Reforma da Previdência e cortes nos gastos públicos, porém de forma mais moderada. "O que os diferencia não é tanto o aspecto econômico, mas o discurso a respeito do reconhecimento de grupos sociais".



Rodrigo Stumpf González, professor da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs)

Colômbia difere dos demais

O mais recente país a entrar no ciclo atual de explosões foi a Colômbia, que segundo o professor da Ufrgs se manteve em governos democráticos, sem nunca ter passado por uma ditadura militar, entre os anos 1950 e 1980 como seus vizinhos, “apesar de um histórico de violência com episódios como diferentes movimentos de guerrilha, da ação de grupos paramilitares ligados às forças armadas e de uma disputa sangrenta entre grupos de narcotráfico”. Ele, porém, observa que “manifestações populares de protesto fazem parte da história política do país nas últimas décadas, não sendo novidade agora”.

Na Colômbia, sindicatos promoveram duas greves gerais, que já renderam quatro mortes. Sindicatos, estudantes e partidos políticos protestam contra a mesma cartilha dos governos vizinhos: privatizações, reformas previdenciária e tributária, e querem o desmantelamento do esquadrão antimotim acusado de matar um jovem de 18 anos, no dia em que se formava no ensino médio, pelo disparo de um projétil. “O atual presidente (Iván Duque, eleito em agosto de 2018) ganhou uma eleição apertada e tem dificuldade de cumprir compromissos relacionados ao crescimento econômico e combate ao desemprego”, considera Rodrigo Stumpf.



Foto: Reprodução

A veces si, a veces no

Em alguns países o aspecto econômico explica os protestos ou mudanças políticas, em outros não. “Chile, Argentina e Equador vivem situações de crise econômica ou distribuição desigual de renda. A Bolívia é o país com maior crescimento econômico no período recente. A economia não explica o golpe. Nossos problemas no fundo continuam sendo os mesmos das décadas passadas. Sociedades desiguais, tanto economicamente como racistas e sexistas”, frisa o professor.

O sucesso econômico boliviano começou em 2006 com a nacionalização do gás e do petróleo por Evo Morales, além da transferência de empresas privadas para o Estado e a renegociação de contratos com investidores estrangeiros. Em seu mandato, ele conseguiu aumentar as reservas do país de US\$ 700 milhões para US\$ 20 bilhões, e deu atenção para a inclusão social. A pobreza passou de 63% em 2004 para 39% em 2015. Isso em uma nação que entre a independência em 1825 e o fim da ditadura militar em 1982 foi vítima de 193 golpes de Estado. E em 1985, registrou a maior inflação da América Latina, 8.170,5%.

Não foram reivindicações econômicas que levaram centenas de pessoas às ruas de La Paz. A *wiphala*, emblema dos povos indígenas da região dos Andes, proclamada como símbolo nacional na Constituição de 2009, explicava os motivos dos protestos,

contra o que o povo considerou um golpe. A crise começou com a reeleição de Evo Morales para o quarto mandato, em outubro, rejeitada pela oposição. Em quase um mês, o resultado foram 23 mortos e 715 feridos, além da edição de um decreto que exime as Forças Armadas de qualquer responsabilidade quando atuando em legítima defesa. Em seu *twitter* o ex-presidente, asilado no México, comentou: “carta branca de impunidade ao massacre do povo”.

“A Bolívia tem quicá a economia com maior crescimento da América do Sul e também bons indica-

dores sociais e, diferentemente de outros países com características semelhantes, o governo boliviano desenvolveu na última década uma experiência de empoderamento da população indígena que é referência internacional”, afirma o professor Alfredo Alejandro Gugliano, também do Departamento de Ciências Sociais da Ufrgs.

Na opinião de Gugliano, Evo Morales tem pontos positivos e negativos em comum com o ex-presidente Lula. “São políticos com origens bastante próximas, ambos ligados a fortes movimentos sociais, com enorme popula-

ridade entre grupos sociais mais pobres, “o que evidentemente também gera uma não menor rejeição por parte de importantes setores das elites econômicas”, e com clara percepção do Estado para reduzir desigualdades sociais. Essas são qualidades em comum. Eu também veria defeitos que os aproximam, na medida em que ambos refletem um modelo tradicional de ativismo social, no qual as lideranças cumprem um papel hipercentralizador. E existe uma significativa dificuldade na renovação de quadros que possam substituí-los”.



Foto: EPA

Ocorreu violenta repressão contra população indígena que se insurgiu em apoio a Evo Morales

Polo conservador com influência religiosa cresce

Para ambos os professores da Ufrgs, é evidente o crescimento de um polo conservador na América Latina. O professor Alfredo Gugliano diz que esse polo é alavancado por campanhas em sintonia com três eixos, que são promessas de combate à corrupção e à violência, além da valorização da família cristã. "Não é preciso ser especialista eleitoral para ver que esse foi o eixo que capitaneou a vitória de Bolsonaro no Brasil em 2018. Também esteve muito presente nas eleições na Bolívia e Uruguai. Invariavelmente com forte apoio de importantes setores das Forças Armadas".

Não há dúvidas também sobre a crescente influência de evangélicos na ascensão e queda de líderes no continente, como disse o historiador norte-americano Andrew Chesnut à *BBC News*, neste final de novembro. Autor de livros sobre o crescimento das igrejas neopentecostais há 25 anos, segundo ele, os exemplos mais evidentes são Donald Trump, Jair Bolsonaro e a queda de Evo Morales. "A Bíblia voltou ao palácio", exclamou a senadora Jeanine Áñez, até há pouco um nome quase sem importância que se autoproclamou presidente do país.

Foto: Reprodução Twitter



"A Bíblia voltou ao palácio", exclamou a senadora Jeanine Áñez ao se autoproclamar presidente

Falta de democratização da comunicação é fator importante na instabilidade



Foto: Carlos Figueroa/Wikimedia Commons

No Chile, protestos estudantis iniciaram por causa do reajuste no transporte

Rodrigo Stumpf acrescenta outra influência importante: a negligência relacionada à comunicação. "Não houve democratização do acesso à comunicação". Ele enfatiza que em geral nos países latino-americanos as empresas se mantiveram nas mãos dos mesmos grupos tradicionais que no passado apoiaram regimes autoritários. "E haverá quem acredite que o Evo saiu porque quis, e que não houve golpe, baseado no noticiário das 20h30 na TV", ironiza. Mas ele também não perdoa algo fundamental. Nem toda a culpa

da situação pode ser colocada na conta da conspiração do neconservadorismo. "Em algumas décadas pós-redemocratização e com governos de esquerda por longos períodos – 14 anos do PT, 15 anos da Frente Ampla no Uruguai, três mandatos do Kirchner na Argentina, 20 anos de Chavismo, com ou sem Chaves na Venezuela – "não foi possível promover uma cultura política democrática que sustentasse valores de uma sociedade moderna. Isso não foi prioridade na maioria desses governos", crava o professor Stumpf.

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.



Unimed

UNIODONTO
PLANOS ODONTOLÓGICOS

Faça a simulação e confira
o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

sinprosaúde

Professores definirão receitas do Sinpro/RS para 2020

Assembleia geral, convocada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) para o dia 14 de dezembro, definirá as receitas e a destinação dos recursos para as lutas, os projetos e a manutenção do seu Sindicato para o próximo ano. Também decidirá sobre o calendário das negociações coletivas com as representações patronais.



Foto: Valéria Ochôa/Arquivo Extra Classe

por Valéria Ochôa

Os professores do ensino privado do Rio Grande do Sul definirão em Assembleia geral no dia 14 de dezembro, às 14h, na Sede estadual do Sindicato em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919), a previsão orçamentária do Sinpro/RS para 2020, bem como a destinação dos recursos. Já é tradicional na cultura do Sindicato a definição, pela categoria, no mês de dezembro, das receitas para ano seguinte. Neste encontro, os professores também organizam o calendário das negociações coletivas com as representações patronais.

“A sustentação financeira das lutas dos professores e do funcionamento do Sindicato é uma definição estratégica que precisa ser compreendida e compartilhada por toda categoria, razão pela qual o Sinpro/RS define sempre de forma ampla, em Assembleia geral, os parâmetros de sua arrecadação e a destinação dos recursos para o próximo exercício”, explica Cecília Farias, diretora do Sindicato. “Trata-se da primeira instância. Depois, em março, a Assembleia que definirá as pautas de reivindicações dos professores também decidirá sobre o desconto da Contribuição Assistencial/Taxa Negocial de todos os professores beneficiados pelas negociações desenvolvidas pelo Sindicato”. As principais receitas do Sindicato são as mensalidades dos associados e a Contribuição Assistencial/Taxa Negocial.

GREVE

Apoio à mobilização dos professores estaduais

A greve dos professores públicos do estado, iniciada no último dia 18 de novembro, em oposição ao pacote de reforma administrativa, enviado pelo governador Eduardo Leite à Assembleia Legislativa no dia 13 de novembro, ganhou o apoio dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul. O Sinpro/RS está divulgando mensagens em seus veículos e em diversas emissoras de rádio.

No início de dezembro, reforçou as manifestações, com *Apedido* no

REPRESENTATIVIDADE – “O Sinpro/RS mantém-se na resistência ao desmonte da economia e dos direitos e garantias dos trabalhadores, na defesa da empregabilidade dos professores e suas condições de trabalho. E isto tem um custo”, explica Cecília. A dirigente lembra dos retrocessos enfrentados pelos trabalhadores, expressos nas reformas Trabalhista e da Previdência. “2019 foi marcado também pela estagnação econômica, que mantém elevado o número de desempregados e que estende ao ensino privado, especialmente ao superior, seus efeitos deletérios”, destaca. “A categoria reconhece a importância da sua representação sindical neste contexto”.

LUTA – O Sindicato lançou uma campanha publicitária, no início do mês de dezembro, vinculada à Assembleia do dia 14, para chamar a atenção da categoria sobre a necessária participação de cada professor e professora na sustentação financeira do Sindicato. Com o slogan *Não contribuir com o Sinpro/RS pode custar caro*, a campanha lembra que os direitos, como desconto para dependentes, adicional por aprimoramento acadêmico e o adicional por tempo de serviço, não são benesses das instituições de ensino, mas resultado da luta do Sindicato. “O patrimônio de direitos dos professores do ensino privado é negociado anualmente pelo Sinpro/RS com os sindicatos patronais”, explica Cecília.

jornal *Correio do Povo* (assinados por entidades de trabalhadores do ensino privado), publicado no dia 3 de dezembro, e moção entregue à Assembleia Legislativa, no mesmo dia, de forma a sensibilizar os deputados sobre a ameaça que as propostas encaminhadas representam para a carreira dos professores e a educação pública gaúcha. No dia 4, a direção do Sinpro/RS se reuniu com a direção do Cpers/Sindicato. A íntegra da nota e do *Apedido* pode ser acessado no site do Sindicato.

Sinpro/RS inicia 2020 sob nova direção

Eleita com 92,5% dos votos, nas eleições realizadas entre os dias 5 e 7 de novembro, a nova direção ficará à frente do Sindicato dos Professores do dia 1º de janeiro de 2020 ao dia 31 de dezembro de 2022. É integrada por 61 professores, em sua maioria da atual direção e um terço inaugurando sua atuação como dirigente sindical. Representam todos os níveis de ensino.

Além do colegiado das diretorias, composto por 20 integrantes, as 13 Regionais contam com seus respectivos colegiados – Bagé, Bento Gonçalves, Erechim, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Leopoldo e Uruguaiana.

Esta foi a maior eleição do Sindi-

cato em número de votantes, 21.779 sócios. Em 2016, estavam aptos a votar 20.689 professores; em 2013, 18.244; e, em 2010, 17.605. “O número de votantes cresce com a ampliação do quadro social da entidade”, destaca Erlon Schüller, diretor da atual direção e integrante da nova que assume em janeiro. “Os professores avaliaram a importância da luta coletiva, principalmente numa conjuntura política voltada para a precarização do trabalho e pela tentativa de enfraquecimento das entidades sindicais”, comemora. “Encerramos estas eleições esperançosos e confiantes em nosso trabalho”.

O processo eleitoral iniciou no dia 17 de agosto, em Assembleia geral, com a definição da Comissão que coordenou a eleição, e

Foto: Valéria Ochião



encerrou no dia 8 de novembro, com a apuração dos votos em separado e divulgação do resultado. Foram quase três meses de traba-

lho. Conforme Rômulo José Escouto, presidente da Comissão Eleitoral, o processo ocorreu de forma organizada.

MOBILIZAÇÃO

Professores repudiam canal de denúncia anunciado pelo MEC

O Sindicato dos Professores solicitou uma audiência com o Ministério Público Federal (MPF) para se manifestar contrário à proposta do Ministério de Educação (MEC), de lançar um canal de denúncia de professores.

“A iniciativa representa a continuidade das ideias do movimento político Escola sem Partido, execrado pelas entidades representativas de professores e por todos os segmentos comprometidos com a democracia”, explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Segundo ela, o Sindicato se soma à mobilização contra esta política de censura e perseguição aos professores.

SINDICALIZAÇÃO

Sindicato tem 2 mil novos associados

De janeiro a novembro deste ano, 2001 professores se sindicalizaram ao Sinpro/RS, totalizando até o momento um quadro social com 22.254 docentes, em torno de 60% da categoria. Somente nos três dias das eleições em novembro, foram 120 sindicalizações.

O professor Erlon Schüller, diretor do Sindicato, explica que a manutenção do quadro social da entidade é uma preocupação permanente. Por isso, o Sinpro/RS realiza anualmente campanhas para mostrar à categoria a importância da entidade sindical. Além das lutas, o Sindicato disponibiliza diversos serviços. “Professores associados, Sindicato legitimado”, diz Schüller. “Claro, o professor só se mantém associado se ele se sente representado”.

NOTAS

BANCO DE CURRÍCULOS – Serviço gratuito disponibilizado pelo Sinpro/RS em seu site (www.sinprors.org.br) está com 3.106 professores cadastrados, de diferentes níveis de ensino e áreas. O sistema exige a atualização semestral dos currículos. Instituições de ensino em busca de profissionais podem pesquisar os profissionais por nível de ensino, disciplina/curso e cidade.

RANKING SALARIAL – É um dos serviços exclusivos do Sinpro/RS mais acessados pelo aplicativo do Sindicato. Disponibilizado no site apresenta a lista dos maiores valores pagos pelas instituições de ensino aos professores da Educação privada do Rio Grande do Sul, de acordo com o nível de ensino. Os valores estão atualizados conforme o reajuste previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do ano corrente.

A vantagem deste cartão é que quanto mais você usa, mais você ganha.

Com o Cartão do Associado, professores e dependentes aproveitam diversos produtos e serviços com descontos exclusivos.



Acesse sinprors.org.br/convenios, pesquise os descontos disponíveis na sua região e aproveite!

Justiça reconhece função docente de tutores em escola técnica de Porto Alegre

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) reconheceu e deferiu a ação coletiva ajuizada pelo Sinpro/RS que pede o reconhecimento da função de professor aos docentes que atuam na Unitec Escola Técnica, de Porto Alegre. Contratados como tutores pela instituição, os docentes ficavam de fora da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e agora, com a decisão, passam a ter todos os direitos previstos para a categoria.

Com a sentença, a Unitec deverá, além de reconhecer a condição original de professores aos docentes da instituição, ajustar o valor pago a estes profissionais de acordo com, pelo menos, o piso praticado e previsto na CCT, pagamento das diferenças de FGTS dos contratos de trabalho dos substituídos, além de todas as condições de trabalho que, agora, passam a ser regulamentadas pela Convenção negociada anualmente pelo Sindicato dos professores.

“O não reconhecimento da função de professor traz imensos prejuízos a estes docentes, que não têm sua função reconhecida, e deixam de ter aplicados ao seu contrato de trabalho as condições mais benéficas previstas nas normas coletivas negociadas”, diz a desembargadora Brígida Charão Barcelos, na sentença.

A decisão foi expedida pela 2ª turma do TRT da 4ª Região e revê a sentença de primeira instância,

julgada improcedente em 2016. Ainda em 2017, o Sindicato apresentou recurso à decisão, julgada agora procedente pelo Tribunal por unanimidade. “Esta é uma vitória muito importante para os professores invisibilizados administrativamente nesta instituição e que têm agora sua função reconhecida, e também uma conquista do Sinpro/RS na busca pela valorização docente”, diz Margot Andras, diretora do Sinpro/RS.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers



Benefício por incapacidade pós-reforma tem valores e conceito de invalidez alterados

Os benefícios destinados aos segurados da Previdência Social sofrerão com a reforma. Mesmo que a PEC Paralela pretenda atenuar a forma de cálculo, ainda assim serão agressivas as mudanças para estes benefícios que terão provável nova denominação, até então conhecidas como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença.

Os futuros benefícios por incapacidade temporária ou permanente já de início sofrem alterações, pois os percentuais iniciais são alterados, conforme abaixo comparados.

Benefício	Crériterios Lei de Benefício	Crériterios pós-reforma
Auxílio-doença	91% da média correspondente a 80% dos maiores salários	60% + 2% por ano após 20 anos de contribuição, com 100% da média salarial
Aposentadoria por invalidez	100% da média correspondente a 80% dos maiores salários	60% + 2% por ano após 20 anos de contribuição, com 100% dos salários

No exemplo acima, o trabalhador no regime revogado pela reforma que tivesse entre 1,2 anos até 20 anos, ou mais, teria a garantia de uma renda igual, pois a invalidez não é programável e envolve inúmeros fatores sociais. Trazendo o mesmo exemplo para o sistema atual reformado, os mesmos trabalhadores seriam beneficiários de uma prestação social no patamar de 60% da média salarial, vislumbrando de plano uma perda mínima já de 31% na renda a ser paga em substituição ao salário.

No caso da aposentadoria por invalidez, ou seja, quando a incapacidade for permanente, o prejuízo se avoluma podendo chegar a 40% de diferenças nas situações explicitadas.

Mal comparando, se o segurado antes da reforma, com dez anos de atividade/contribuição, tivesse uma média de salários (com exclusão de 20% dos menores salários) apurada em R\$ 2.000,00, teria um auxílio-doença no valor de R\$ 1.820,00 e uma aposentadoria por invalidez de R\$ 2.000,00.

Após a reforma, a média não seria mais os 80% dos maiores salários, com isso advém uma perda, só da média em algo próximo a 8%, ou seja, a média já seria inferior, igual R\$ 1.840,00; para chegarmos ao valor do benefício incide sobre esta média – pois só teria dez anos de contribuição o percentual de 60% resultando uma renda de R\$ 1.104,00.

A reforma atinge, direta e mais agressivamente, os benefícios por incapacidade. Mas não bastaria isto para vermos o quão gravosa é a reforma. Já falamos das pensões, lembrando: é devida a partir de uma cota familiar de 50% e somado 10% por dependente.

Pois bem, tomemos o caso narrado se por infortúnio da vida este segurado vem a falecer dois ou três meses após o benefício por incapacidade.

Como ficaria a pensão de sua companheira ou companheiro? Como o direito à pensão é gerado do benefício que teria direito o segurado, o valor a servir de base para a pensão seria a aposentadoria por invalidez de R\$ 1.104,00. Como na pensão incide o percentual de 60% (ou seja, 50% da cota familiar + 10% do(a) companheiro(a) sobre o benefício devido R\$ 1.104,00), tal valor seria gerado na expressão de R\$ 662,40!! Sim, abaixo do salário mínimo. Mas como esta garantia ainda, repita-se, ainda está na Constituição, esta pensão a ser gerada – como muitas após a reforma –, será no valor do salário mínimo.

Ao que nos mostram exemplos comuns e a expressão da média remuneratória dos trabalhadores formais brasileiros, com o tempo estaremos todos protegidos.. no patamar do salário mínimo.

PLANO

Sinpro/RS Previdência tem patrimônio de R\$ 17,5 milhões

O plano de previdência privada, instituído pelo Sindicato dos Professores em 2008 para os professores associados e seus familiares, fechou o mês de outubro deste ano com 632 participantes e um patrimônio de R\$ 17,5 milhões, garantidos pela boa rentabilidade. No período de janeiro a outubro de 2019, o Sinpro/RS Previdência rendeu 16,83%, enquanto a poupança, no mesmo período, apenas 3,66%.

O CDI, utilizado como referência para muitas aplicações financeiras, foi de 5,16% no acumulado de janeiro a outubro deste ano. No longo prazo, o plano previdenciário dos professores também tem mantido bons resultados: 205,58% de rentabilidade nos últimos dez anos (novembro de 2009 a outubro de 2019), enquanto a poupança rendeu 90,52% e o CDI, 155,94%.

“A criação do plano foi uma demanda da própria categoria como uma alternativa para se organizar para a aposentadoria”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS. “O plano é no modelo de capitalização, porém sem fins lucrativos, e reverte toda a rentabilidade obtida para o participante, gerando resultados superiores aos produtos oferecidos por bancos e seguradoras”.

Também, os contribuintes que optam pela declaração completa podem deduzir até 12% de seus rendimentos anuais na base de cálculo do Imposto de Renda com as contribuições feitas para o plano. O imposto incidirá somente quando a pessoa receber os valores na forma de benefício de aposentadoria ou no resgate do saldo acumulado.

Segundo Fuhr, recentemente, o Sinpro/RS autorizou a Fundação Família Previdência, gestora do plano, a incorporar o Sinpro/RS Previdência a um de seus maiores produtos em quantidade de participantes, o Família Previdência Associativo.

O plano que receberá os participantes e os recursos do Sinpro/RS Previdência tem características semelhantes como a possibilidade de aposentadoria a partir dos 50 anos de idade e contribuição mínima de R\$ 50,00. O processo será concluído após aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão regulador e fiscalizador do segmento de previdência complementar.

Para a Fundação Família Previdência, a principal vantagem desta incorporação é que os participantes vinculados ao plano do Sindicato deixarão de pagar a contribuição administrativa que hoje é um percentual variável de 4% a 2% da contribuição previdenciária. O plano se mantém com uma taxa de administração de patrimônio de 1% ao ano que não pesa no bolso dos participantes. Todo dinheiro aplicado no plano vai para a poupança previdenciária individual do participante. Além disso, o plano terá mais recursos para investimentos, o que pode se refletir em melhores retornos para os investimentos.

FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA – É a maior gestora de previdência do Rio Grande do Sul com patrimônio de R\$ 7,3 bilhões e 17.860 participantes. Nos últimos dez meses, o patrimônio teve um incremento de R\$ 866 milhões por conta dos resultados obtidos nos investimentos ao longo do ano e pelo incremento de novos participantes que superou a meta de 2 mil adesões. A entidade paga uma folha mensal de R\$ 50 milhões para 9,2 mil aposentados e pensionistas, pessoas que já estão usufruindo os benefícios.

A Fundação Família Previdência possui 3.480 participantes. O plano teve um crescimento de 122% com relação ao fechamento do ano passado, quando contava com 1.566 associados. O ingresso de participantes se reflete na evolução patrimonial do plano que praticamente dobrou de R\$ 12,4 milhões, em dezembro do ano passado, para R\$ 24,4 milhões, em outubro de 2019.

Viva o verão!

Com a proximidade da estação mais quente do ano, é aquele corre-corre para as academias e a procura por dietas milagrosas, que não existem.

Atenção, cuidado e muita sensatez neste momento:

Atividade física faz muito bem para a sua saúde, mas não emagrece:

A gordura corporal não se perde suando na academia e sim pelo que você come! 90% dieta X 10% atividade física. Isso é evidência científica!

Exaustivas séries de abdominais não vão deixar sua barriga tanquinho!

O corpo elimina a gordura armazenada de forma sistêmica. E a sua genética é que vai definir onde essa gordura vai ficar armazenada e qual vai sair primeiro. Algumas pessoas estocam na região abdominal, outros nos membros, inferiores ou superiores, e assim por diante.

Porém, abdominais são excelentes para sua postura e para diminuir as chances de dores lombares. Pratique!

Atividade física que faz bem é aquela que você faz!

Seja 100% você e suas necessidades. O que é bom para o outro, talvez não seja para você. O que motiva o outro não necessariamente motiva você.

Cuide-se, respire e se inspire!

Aqui na plataforma SOMOS vamos lhe orientar com muitas dicas e vídeos para você começar a se movimentar!

Acesse e faça seu cadastro. É livre e gratuita para os associados do Sinpro/RS.

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor



Crônicas de um Brasil em transe



Foto: Igor Sperotto

por César Fraga

“O texto do Vitor nos faz sentir as emoções que estão ora aparentes, ora escondidas entre as linhas e páginas da obra. Há domínio da técnica, e há uma experimentação sem medo. O autor, aliás, se joga ao público com os relatos mais profundos, em ato de extrema coragem. O resultado de tal entrega é um livro verdadeiro – não que carregue verdades sobre o mundo, mas sobre possibilidades de ser. Há aqui coerência, rigor, qualidade técnica e originalidade. Está claro que há suor, lágrimas, esperança e alegria também”. Foi com essa justificativa que o júri do *Prêmio Minuano de Literatura*, no começo de novembro, concedeu o troféu na categoria crônica, ao livro *Não há mais dia seguinte*, do professor, jornalista e escritor Vitor Necchi. Livro, aliás, que já foi tema desta coluna por ocasião de seu lançamento, na edição de outubro de 2018. Trata-se do mais importante prêmio literário do estado, instituído pelo Instituto Estadual do Livro (IEL) em parceria com Instituto de Letras da Ufrgs. O livro também recebeu o *Prêmio Ages – Livro do Ano*, concedido pela Associação Gaúcha de Escritores, também na categoria crônica.

Para não se perder numa “onda de elogios e de vaidade”, quando fala do livro em eventos públicos ou entrevistas, Necchi faz questão de frisar que essas crônicas, de alguma maneira, prenunciaram muito do horror que a gente está vivendo – foram escritas entre 2002 e 2018. Há textos que referem à ascensão do discurso fascista, do episódio de censura ao Queer Museu, do clima de belicosidade e raiva que começou a pautar a política brasileira. “É necessária uma insurgência dos cronistas frente a esse horror todo. Vivemos num momento em que não consigo imaginar outra voz possível. O Veríssimo disse num perfil que escrevi para o *Extra Classe* ‘que cronista tem de ter lado’, pois não existe isenção. Por isso, não consigo ver um outro posicionamento que não seja horror frente à degradação da vida política, da vida pública e a favor do papel do Estado no fomento da arte, como garantidor de direitos fundamentais, como os direitos humanos”, explica.

Vitor Necchi leciona no curso de Especialização em Escrita Criativa na Universidade Feevale; é doutorando em Letras (Ufrgs), mestre em Comunicação Social (PUCRS, 2004) e graduado em Jornalismo (Ufrgs, 1992). Atua como jornalista do governo do estado do Rio Grande do Sul. Foi professor do curso de Jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que coordenou de 2010 a 2012. Na Unisinos, foi idealizador e coordenador da graduação em Realização Audiovisual e professor do curso de Jornalismo e jornalista do Instituto Humanitas Unisinos (IHU).

“Toda a minha trajetória de professor foi ligada à produção textual e ainda o é, tanto na universidade quanto nos cursos livres em que tenho me aventurado. Hoje, meu doutorado em Letras é no sentido de aprofundar o que eu busco da palavra. Na docência me dediquei ao texto jornalístico, e o jornalismo segue, apesar de insuficiente para o que eu quero da palavra. Nesse sentido, a literatura se apresenta como uma possibilidade”, conclui.

A seção Intervalo se propõe a revelar o perfil humano dos professores ao relatar experiências de educadores que desenvolvem atividade diversa da docência, seja de forma profissional ou como passatempo. Envie sua sugestão aos editores: extraclasse@sinprors.org.br.

PALAVRA DE PROFESSOR

por Marcelo Frizon

Professor de Língua Portuguesa e Literatura

Professores na berlinda

No início de novembro, a escritora gaúcha Luisa Geisler teve cancelada sua participação na *Feira do Livro* de Nova Hartz. O motivo alegado foi que seu último livro, *Entim, capivaras* (Companhia das Letras, 2019), apresentava “um vocabulário chulo” e que “o ouvido das nossas crianças não é privada”, segundo o vereador Robinson Bertuol (PSC). Luisa conversaria sobre o livro com adolescentes de 11 a 15 anos. A narrativa conta a história de um grupo de amigos que sai para procurar uma capivara supostamente perdida. No meio da busca, eles repassam diversos questionamentos que fazem a si próprios e ao mundo em geral.

Casos semelhantes têm ocorrido Brasil afora. Geralmente, ganham notoriedade quando há algum político envolvido, como o da história em quadrinhos da Marvel censurada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), durante a *Bienal do Livro*. Mas situações assim ocorrem frequentemente no âmbito escolar. Cada vez mais, professores se veem impedidos de indicar livros porque contêm palavrões, cenas de sexo ou de violência. Há quem fique escandalizado com um “vai tomar no cu” que aparece em *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare. Com frequência, Rubem Fonseca sai das listas de leituras por causa de seus textos crus que expõem uma realidade com a qual os estudantes convivem diariamente através dos telejornais ou de jogos de videogame violentos, como *GTA V* ou *Call of Duty*.

Quando o professor indica um livro que apresenta qualquer das características acima, ele acaba sendo visto como um apologista da violência e da promiscuidade. Normalmente, acaba demitido do colégio particular ou afastado da escola pública. Enquanto isso, as editoras têm feito torcida para que políticos como o presidente e seus filhos escolham um livro de seu catálogo para achincalhar. O efeito que esses políticos pretendem atingir tem provocado justamente o seu oposto: o livro se esgota rapidamente. Todos querem descobrir o que havia de tão pecaminoso nesse objeto. Infelizmente, editoras e escritores não parecem se importar com os professores que indicam seus livros.

Fahrenheit 451, de Ray Bradbury, previu que os livros seriam vistos como objetos perigosos, porque fazem pensar, e acabariam impedidos de circular, num mundo em que os bombeiros existem para queimá-los. Lá também há a figura do professor Faber, que ajuda o protagonista a fugir. Faber não pode mais dar aulas de Literatura. Será este o futuro das letras no Brasil? Sempre pode piorar: os professores irão junto com os livros para a fogueira?

Os artigos para esta seção devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com 2.300 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinprors.org.br.



O coringa e o mal-estar

Foto: Reprodução



“O que ele vive nos toca profundamente, porque intuimos que o Coringa não é a descrição de uma trajetória individual, mas o resultado de um mundo que se organiza dispensando, sistematicamente, milhões de pessoas como ele”.

O Coringa (*The Joker*), filme de Todd Phillips, é uma dessas obras de arte impossíveis de esquecer. Há uma força elementar nesse filme, uma erupção vulcânica, um tsunami que nos envolve de tal maneira que, ao final, há algo dentro do espectador que se deslocou para sempre. É esse resultado que, aliás, nos dá uma sensação de mal-estar indefinível, algo como a ideia de se saber derrotado inapelavelmente pelo mundo.

Quando assisti ao filme, havia na sala alguns pais e mães que acompanhavam seus filhos adolescentes. Erro de tipo, se poderia dizer. O filme não é sobre “vilões e heróis”, não trata de “aventuras”, nem da trajetória de um “fora da lei”. O filme, um dos mais densos que já vi, é sobre nós, sobre a sociedade que estamos construindo, sobre o mundo que nos cerca e que pode nos reduzir a pó muito antes da morte.

Nesse particular, há algo de comum entre *O Coringa* e *Bacurau* – o outro grande filme do ano. Em ambos os roteiros, há pessoas que resistem diante do processo pelo

qual são tratadas como realidades invisíveis. É contra a redução à condição fantasmagórica que Arthur Fleck (em interpretação pungente de Joaquin Phoenix) e os moradores de Bacurau se insurgem. A diferença é que o filme brasileiro constrói um final catártico, o que nos purga e autoriza certa esperança, enquanto o filme americano nos coloca diante de uma distopia realizada, um final de tempo, sem evasão possível.

Arthur Fleck tem um trabalho precaríssimo onde se veste de palhaço para anunciar produtos na rua. Ele sonha ter seu próprio show como *stand up*, mas não tem oportunidades nem talento para tanto. Vive miseravelmente e depende dos serviços do Estado para ser tratado de uma grave doença neurológica que o faz rir sem controle. Essa risada que se prolonga sem corte nos atravessa a alma já no início, porque rir é expressão de felicidade, de contentamento, mas, para Arthur, o riso é motivo de dor, incompreensão e mais exclusão. O Coringa é um ser humano amalgamado em um prato de ferro, com uma infância

retorcida pela loucura da mãe e pela ausência do pai. Alguém que todos humilham, porque lhe é impossível exigir respeito ou um mínimo de consideração. O que ele vive nos toca profundamente, porque intuimos que o Coringa não é a descrição de uma trajetória individual, mas o resultado de um mundo que se organiza dispensando, sistematicamente, milhões de pessoas como ele.

João Carlos Brum Torres, em aguda análise sobre o filme (“Poderá o Coringa ser interpretado como um dos sinais de nossa transição a uma nova época histórica?”), sustentou, entre outros pontos, que nossa época experimenta os efeitos colaterais da crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (Marx) inerente à robotização crescente, na indústria e no setor de serviços, que tem implicado a desimportância social de amplos segmentos da população, produzindo ressentimento e desesperança. Sim, essa parece ser a base mais ampla pela qual os avanços tecnológicos desconstituem as diferentes sociabilidades modernas, implodem a própria

noção de globalização, permitindo a emergência de um mundo virtual demarcado não mais pelas realidades comuns da produção, da informação e da cultura, mas pela emergência de seres isolados, desprovidos de projetos e de compromissos sociais habitando em “bolhas” de irreflexão. De um lado os “vitoriosos”, de outro “os que não importam”, todos socialmente estimulados ao preconceito e autorizados à perversão.

Arthur Fleck irá encontrar a si mesmo na possibilidade autoral da violência, desfecho presumível em que a dor se desdobra e traz ao mundo seu gêmeo. O que vemos, então, é a definição de um ser insensível, algo progressivamente monstruoso, que encontra o seu sentido na decisão de matar. Quando percebemos a transmutação já é tarde, não há mais o que fazer com os nossos próprios sentimentos de comiserção. A loucura de Arthur foi vertida em sangue e, nas ruas, há multidões que se reconhecem, precisamente, na loucura e no sangue. O que, talvez, seja uma das imagens mais estonteantes e desafiadoras de nosso tempo.



A Sinfonia da Vila Mapa

por Naira Hofmeister

Há 27 anos a música transforma vidas na Lomba do Pinheiro, oferecendo oportunidades e cultura para a comunidade local e brindando Porto Alegre com espetáculos de altíssimo nível da Orquestra Villa-Lobos.

Ao sinal da maestrina, soam os primeiros acordes da canção *Aquarius*, que entrou para o repertório mundial no filme *Hair* (1979), de Milos Forman. São entoados por flautas, violinos e violoncelos, mesclados à instrumentos eletrônicos e muita percussão. Em seguida, bailarinos entram em cena, contorcendo seus corpos em uma coreografia que evoca a liberdade reivindicada pelo movimento *hippie*. Por último, a menina negra de minibus vermelha toma o microfone e dispara com seu vozeirão: “When the moon is in the Seventh House/ And Jupiter aligns with Mars”...

A performance, premiada com

o troféu Açorianos de Melhor Espetáculo em 2018 e disponível na íntegra em canais da internet, é obra de estudantes de ensino fundamental da periferia de Porto Alegre. São os atuais integrantes da Orquestra Villa-Lobos, nascida e sediada em uma escola municipal cujo nome homenageia o compositor brasileiro, na Vila Mapa, localidade da Lomba do Pinheiro, zona leste da capital.

Em dezembro, a orquestra lança seu novo espetáculo, *Afrika*, com repertório do folclore de países do continente africano, músicas cantadas em Iorubá e participação de convidados como o rapper angolano Kanhangá e o cantor nigeriano Lumi.

As apresentações são a parte mais conhecida do projeto e fazem sucesso. Mas as atividades do projeto incluem oficinas de teoria e prática musical, formação de instrumentistas, coral infantil e adul-

to, e ainda grupos de teatro, dança, sapateado americano – uma tremenda grade que preenche seis dias da semana, com os três turnos lotados. Semanalmente, 400 crianças e adolescentes ocupam as salas localizadas na Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Villa-Lobos e em outros quatro locais diferentes na Lomba do Pinheiro. O projeto é mantido com recursos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e do governo federal, mas a base de tudo é a entrega pessoal de muitos participantes.

“O grupo principal é a Orquestra Villa-Lobos. Temos uma outra orquestra chamada São Francisco, para iniciantes e intermediários, mais a orquestra de cordas, o grupo de flautas, outro de violão, de cavaquinho, de percussão, o grupo de choro... é muita coisa”, enumera a diretora-geral do projeto, Cecília Rheingantz Silveira, que é a maestri-

na da orquestra, ou simplesmente a “sôra” mesmo para quem já passou da idade de ser aluno faz tempo.

É assim que a flautista Karen Leticia Silva das Neves, de 24 anos, se refere ainda hoje à Cecília. Ela já deixou a escola faz tempo, mas nunca quis abandonar o projeto, que além de conhecimento e cultura lhe garantiu trabalho e renda: hoje ela ministra aulas de flauta doce em uma das oficinas do projeto, além de ser a responsável pelo gerenciamento do figurino do grupo principal.

Não é um caso isolado, já que atualmente 24 educadores musicais trabalham com carteira assinada no projeto. Doze deles são ex-alunos das oficinas e dois já concluíram a Faculdade de Música. Um integrante do grupo se mudou para Stuttgart, na Alemanha, onde está cursando o segundo mestrado e virou professor.

O afeto como método pedagógico

Na última quinta-feira de novembro, Karen das Neves ensaiava com a orquestra, ajustando os últimos detalhes para a estreia de *Afrika*, com a filha de dois anos no colo. “A sora é super compreensiva, nos dá essa liberdade de manter a

família perto. Eu levo nos ensaios e nas apresentações”, conta a jovem.

Famílias não faltam no projeto da Orquestra Villa-Lobos. Mães e pais se envolvem na confecção de figurinos e cenários. Com o tempo, muitos passaram a frequentar as oficinas;

no coro, é evidente a presença de familiares dos alunos. Karen conheceu o marido na orquestra – ele é um dos integrantes do setor de harmonia do conjunto, se alternando entre o contrabaixo e o violão.

Também foi lado a lado que os

irmãos Luan, 16, e Leonardo, 15, Bálamo aprenderam seus instrumentos – o primeiro se interessou pela percussão, o segundo, aprendeu flauta e violino. “Comecei aos seis anos, depois que a Orquestra se apresentou na minha creche”,

explica Leonardo, que precisou dar um tempo na música para dedicar-se à robótica e ao comando do grêmio estudantil da escola.

Já Luan se ressentia por estar chegando sempre atrasado nos ensaios – ele começou a trabalhar este ano, e ao final do expediente, volta o mais rápido que pode do Centro Histórico para a Parada 4 da Lomba do Pinheiro.

Cecília é a matriarca da grande família musical. Recebe a todos com beijos, abraços e palavras cálidas. “Obrigada por ter vindo”, ela

diz à primeira aluna que chega no ensaio, sabedora das dificuldades que esses jovens enfrentam para persistir com o projeto.

“A base do trabalho de arte e cultura é a afetividade e estabelecer isso como ponto de partida é importante na busca da auto-estima, especialmente em uma comunidade de altíssima vulnerabilidade social. O aprendizado de música é mágico desde que incorpore essa proposta pedagógica, de fazer com que os alunos se sintam pertencentes”, analisa a maestrina.

Foto: Igor Sperotto



Cecília Rheingantz Silveira, diretora-geral do projeto e maestrina da orquestra

O sonho de Cecília conquistou a todos

O embrião do projeto foi uma oficina de flauta no contraturno escolar, iniciada em abril de 1992, 27 anos atrás. Cecília era professora de Música regular da Escola Municipal Heitor Villa-Lobos e, em suas aulas, a maestrina recorria à flauta doce para estimular a audição dos estudantes. “Eles começaram a pedir para aprender a tocar, mas não havia espaço para ensinar a eles a técnica instrumental”, explica.

De início, foram abertas dez vagas, mas a turma nunca contou com menos de 14 estudantes. “No ano seguinte, foram 20, no outro 50, depois 70... A partir do terceiro ano, os alunos da primeira turma começaram a se voluntariar como monitores para aumentar a oferta de oficinas. No quinto ano

já tínhamos a orquestra de flautas formada”, recorda.

A maioria chegou aos 18 anos, quando oficialmente foi criada a Orquestra Villa-Lobos, com naipes de violinos, flautas, piano, violão, baixo, cavaquinho e percussão. “A nossa orquestra não toca só composições de música clássica, a gente trabalha com o popular”, observa Karen das Neves.

A expansão da iniciativa exigiu mudanças em toda a escola. Cecília Rheingantz Silveira hoje tem dedicação exclusiva para o projeto. Do ponto de vista estrutural, também foi preciso se adaptar. Três salas foram cedidas ao projeto musical, mas quando se aproximam os grandes eventos, nos quais o corpo artístico completo

se reúne para os ensaios, o jeito é improvisar. No dia em que a reportagem acompanhou a preparação para a estreia de *Áfrika*, músicos e o coro de jovens e adultos utilizaram o refeitório para passar as músicas. Foi preciso servir a merenda dos alunos da tarde nas salas de aula, improvisando um lanchinho mais simples naquele dia.

“Não é fácil gerenciar a escola com esse projeto dentro. Temos 1,5 mil alunos divididos nos três turnos e com a orquestra e as oficinas funcionando, o fluxo triplica, porque vem muita gente de fora da comunidade escolar”, explica o diretor do colégio, Helton Affonso de Oliveira.

O esforço compensa. Helton diz que há menos brigas entre os estudantes, e os professores relatam

que os frequentadores das oficinas desenvolvem maior concentração em aula. Outra vantagem mencionada por todos é o aprendizado da disciplina, que os alunos valorizam muito.

“A orquestra exige um compromisso muito sério da gente, muita responsabilidade. Temos que ser pontuais nos ensaios e aprender a confiar uns nos outros, também respeitando as diferenças. Afinal, assim que a música aparece, não adianta ter só um instrumento, ser todo mundo igual”, compara Leonardo Bálamo.

Seu irmão, Luan, prefere resumir tudo o que representa a iniciativa em sua vida em uma pequena frase: “É muito amor que a gente aprende mesmo”.

ACREDITE NOS SEUS SONHOS.
Renda para o futuro que você merece.

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

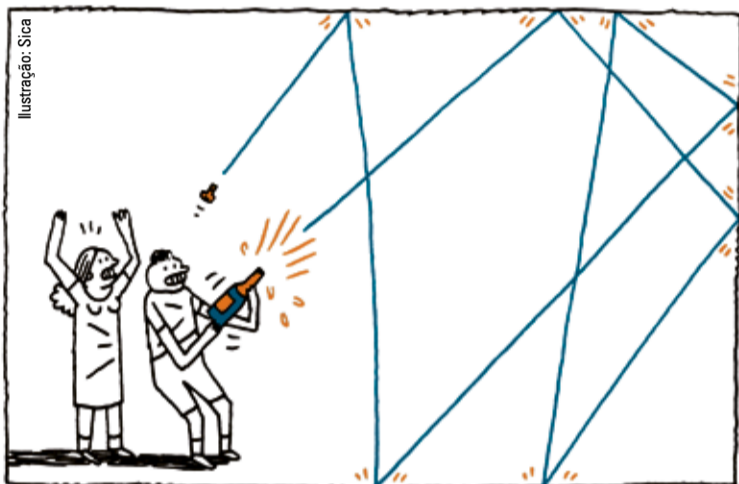
INSTITUIDOR: **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão
GESTOR DO PLANO: **FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA**



FRAGA

Falsas memórias

Adorei 2019! Que ano inacreditável para o Brasil e os brasileiros. Nunca houve um ano assim, formidável para todos os setores da vida nacional. Não custa lembrar.



O ano começou muito bem, com a posse na presidência do candidato mais humanista já eleito. Djair Bolsonaro e seus três S pessoais – sereno, sensato, sensível – se civilizou ainda mais ao declarar no seu discurso na rampa: “Farda, nunca mais!”

Seu slogan Democracia Acima de Tudo, Povo Acima de Todos arrebatou o país. Indicou ministros brilhantes: capazes de mais educação, saúde, cultura. Como mais segurança é impossível, pediu menos milícias.

Em maio, instituiu o impensável: elevou o salário-mínimo para mil dólares, dificuldade para a Casa da Moeda, que só emite reais.

Ao baixar juros, favoreceu o consumo, fez a indústria produzir mais e assim acabou com o desemprego da noite pro dia. Fez mais: diminuiu o IR dos pobres que ganham abaixo de 50 mil mensais e aumentou o dos bilionários, que se chatearam pela interrupção do seu bom momento desde as capitânias.

Conciliador, o presidente dialogou com a câmara e o senado. Novas leis proibiram as privatizações, o que veio proteger estatais como a Petrobras, agora intocável. Por sua vontade, impediu os leilões do Pré-Sal e denunciou entreguistas, inclusive Paulo Guedes.

Quanto ao meio-ambiente, o competente ministro ampliou os poderes dos fiscais do Ibama, proibiu quaisquer queimadas na Amazônia. Em Brumadinho, obrigou a Vale a levar toda a lama para a sede da empresa, e ainda conseguiu que coasse as águas dos rios. Justíssimo, multou a Vale em bilhões de merrecas. Com esses recursos, proporcionou relento melhor para todos. Já nas praias do nordeste, aproveitou as manchas de óleo para abastecer refinaria recém-construída.

Não se pode esquecer, ainda, sua luta contra o nepotismo: mandou que Eduardo trocasse a embaixada nos EUA por embaixadinhas em times da série Z. E adestrou os seus outros filhos para ter bons modos, não falar com a boca vazia de ideias e não prejudicar o Brasil a não ser que seja para a felicidade da nação.

Mas foi no campo cultural que o presidente brilhou: se matriculou num telecurso 2º grau, decretou o fim de qualquer censura e triplicou as verbas das universidades. No lugar da escola sem partido, estimulou a abertura de rede de escolas sem damares.

Por fim, o presidente iniciou campanha nacional de melhorias da justiça sob o tema Chega de Moro! E à Lava-jato, pediu prioridade para investigar o envolvimento do Condomínio Vivendas da Barra no caso Marielle.

Se 2019 não tivesse sido tão positivo, aí eu diria: vade retro, retrospectiva!



PROGRAMAÇÃO
ECARTA

Confira a agenda cultural completa em ecarta.org.br ou 51. 4009.2971.

SHOWS

Porto Alegre | 18h | entrada franca

14/12 – Canções do século 11 ao 14: amor, religiosidade e natureza, com o grupo Música Mundana. No palco, Ângelo Primon, Deisi Coccaro, Eliana Vaz Huber, Flávia Domingues Alves, Guilherme Roman Marangon e Laís Belinski Roman.



Foto: Maritê Bavares

EDITAL-CONVITE | Seleção de Espetáculos Musicais

Até 31/12 – Inscrições de propostas pelo formulário específico no site da Ecarta. Os shows selecionados entrarão na programação do primeiro semestre de 2020 do Ecarta Musical, em Porto Alegre.

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | entrada franca

Até 24/11 – Visitação à mostra *Nomear para lembrar: um olhar sobre performance e as possibilidades da narrativa histórica*, da artista suíço-haitiana Sasha Uber.



Foto: Igor Sperotto

VINHO Porto Alegre

A arte de degustar vinhos velhos.

Apresentação: Maria Amélia Duarte Flores, enóloga.

19/12 | 19h30 | Inscrição: R\$ 55,00.

CULTURA DOADORA

Tavares | Entrada franca

13/12, 20h, Doação de Órgãos. Vamos falar sobre isso?

Local: Câmara Municipal de Vereadores do município.

CONVERSA DE PROFESSOR

Canoas | Inscrição gratuita

6/12, 9h – A imagem da criança na mídia.

Apresentação: jornalista Clarinha Glock.

Tavares | Inscrição gratuita

14/12, 8h30 – Professor motivado.

Apresentação: Gislaíne Amaral, educadora física.



VERISSIMO

Embasbacados

Em toda a conquista da América repetiu-se a formalidade da leitura do "Requerimento" que proclamava a posse da terra pela Coroa espanhola e a transformação dos nativos em seus súditos

A versão oficial da conquista do Novo Mundo pelos europeus é de que tudo começou com a chegada ao que viria a ser o México do espanhol Hernán Cortez, que embasbacou o império asteca antes de derrotá-lo, facilmente, assoviando, nas armas. Os nativos nunca tinham visto um cavalo, que dirá mosquetes e outros instrumentos de guerra, e sucumbiram ao poder de fogo e ao garbo dos espanhóis. O que explicaria a relativa docilidade do imperador Montezuma diante dos invasores.

Não foi bem assim. Com a esquadra de Cortez viajou, além de um exército, um notário

real, cuja função era assegurar que a posse das novas terras pela Espanha obedecesse a todos os trâmites legais – da Espanha. A rendição de Montezuma fez parte do embasbacamento que precedeu a chacina. Uma cultura fundada na cerimônia como a asteca teve seu primeiro encontro com uma cultura legalista e não resistiu. Um império de gestos rígidos mostrou-se impotente diante de um império de palavras maleáveis e foi enrolado pelo jargão jurídico antes de perder a guerra e a terra.

Em toda a conquista da América repetiu-se a formalidade da leitura do "Requerimento" que proclamava a posse da terra pela Coroa espanhola e a transformação dos nativos em seus súditos. Se os nativos não estivessem presentes na leitura do "Requerimento", não importava: o notário estava lá e daria fé.

Cristóvão Colombo declarou formalmente



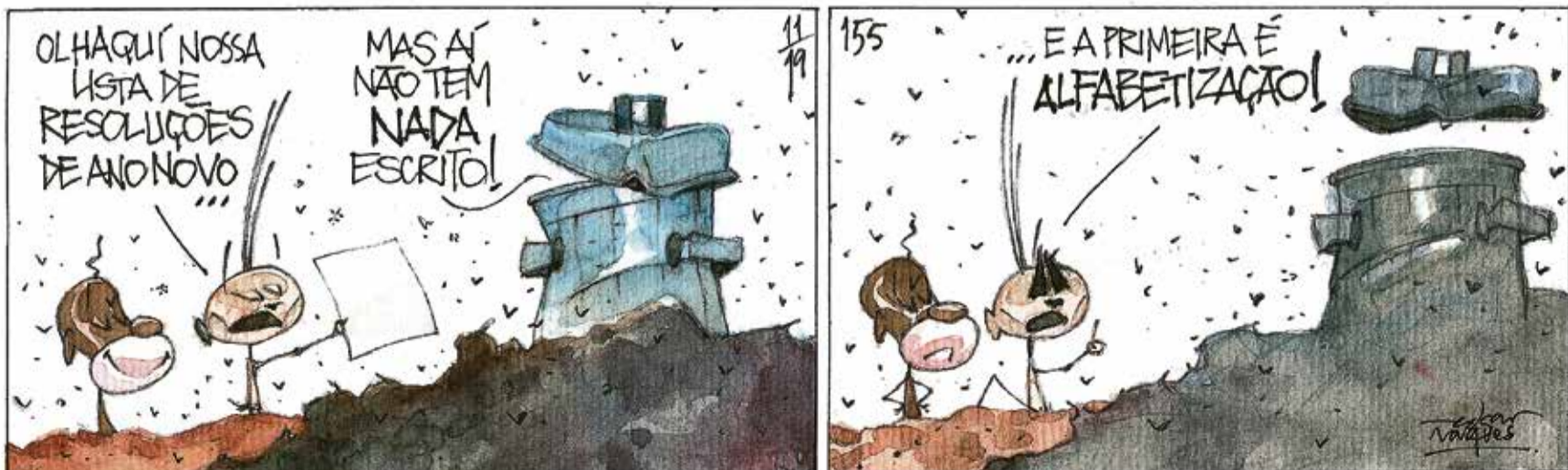
diante de índios caribenhos que tomava posse das suas ilhas para o rei da Espanha "y no me fué contradicho", como ele mesmo escreveu depois. Argumentar que ninguém ali poderia contradizê-lo porque nenhum nativo tinha ideia do que ele estava dizendo seria apelar para o bom-senso, algo sem nenhuma majestade histórica. A conquista europeia da América deixou, entre outras, a tradição da lei como instrumento de enrolação.

Em toda a América persiste a mesma divisão entre brancos e índios dos tempos de Cortez e Montezuma. De vez em quando, um se recusa a ser embasbacado e tenta contradizer a hipocrisia reinante, mas nunca vai longe.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



**2019 passou rápido ou
foi uma eternidade para você?
De qualquer forma, uma coisa é certa:
para os desafios de 2020, será
preciso uma boa dose de descanso.**

Aproveite para desligar um pouco, curtir a família,
a vida, dormir até mais tarde.

Na sua volta estaremos preparados aqui no Sinpro/RS
para, juntos, enfrentarmos o próximo ano.

Boas férias!

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão